

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

A GESTÃO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CÂMPUS
SÃO VICENTE DO SUL, RS, FRENTE ÀS DEMANDAS E ÀS
PECULIARIDADES LOCAIS

JULIO CÉSAR PERES SIMI

Seropédica - RJ

Março, 2013



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

**A GESTÃO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CÂMPUS
SÃO VICENTE DO SUL, RS, FRENTE ÀS DEMANDAS E ÀS
PECULIARIDADES LOCAIS**

JULIO CESAR PERES SIMI

Sob a orientação da Professora Doutora

Nádia Maria Pereira de Souza

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração Formação Docente e Políticas para a Educação Agrícola.

Seropédica, RJ

Março/2013

630.7

S589g

T

Simi, Julio Cesar Peres, 1966-

A gestão do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul, RS, frente às demandas e às peculiaridades locais / Julio Cesar Peres Simi - 2013.

66 f. : il.

Orientador: Nádia Maria Pereira de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 58-61.

1. Ensino agrícola - Teses. 2. Educação - Estudo e ensino - Teses. 3. Gestão da qualidade total na educação - História - Teses. 4. Ensino profissional - Teses. I. Souza, Nádia Maria Pereira de, 1962-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

JULIO CESAR PERES SIMI

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

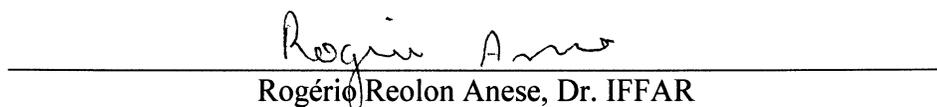
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/03/2013.



Nadia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ



Fernando César Ferreira Gouvêa, Dr. UFRRJ



Rogério Reolon Anese, Dr. IFFAR

DEDICATÓRIA

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.” (Madre Teresa de Calcutá)

AGRADECIMENTOS

Agradeço

a Deus, pela minha existência;

ao meu filho e minha esposa. pela
compreensão, companheirismo e estímulo;

à minha mãe. pelo carinho e amor;

à minha colega Nadia Perlin, pela amizade e
força;

à minha orientadora Nádía Souza, pela
dedicação e incentivo;

aos meus amigos, pela amizade;

à equipe do PPGEA/UFRRJ pela atenção aos
seus alunos.

RESUMO

SIMI, Julio César Peres. A Gestão do Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha,RS, frente às demandas e peculiaridades locais. 2013. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2013.

O presente estudo caracterizou-se por uma investigação sobre gestão educacional, de natureza qualitativa, partindo de uma abordagem histórica do ensino profissionalizante no país até a atual configuração dos institutos federais de educação. O objetivo geral foi conhecer a gestão do Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha, no sentido de verificar suas condições efetivas no atendimento às peculiaridades locais, em função das demandas. A consolidação de um espaço democrático e participativo sempre será uma atividade desafiadora para o gestor, para que a comunidade debata e proponha ações que contribuam para o atendimento das necessidades locais e regionais. Foi realizada a abordagem do referencial teórico e entrevistado um número significativo de gestores-chave que conheceram o processo de transição que definiu a atual configuração do Câmpus. Do trabalho realizado, verificou-se que a gestão é participativa e que existem condições de atendimento aos arranjos produtivos locais. Entretanto, mostra-se necessário que haja uma melhoria no processo de interação aluno, ensino e comunidade. Foram abordadas questões relativas ao resgate do modelo da cooperativa-escola e da criação de incubadoras ou empresas júnior. Também o fortalecimento da atuação em alguma área específica foi apontada como alternativa para o fortalecimento da identidade institucional. No sentido de apoiar as instâncias consultivas e deliberativas, foi recomendada a viabilização de câmara técnica por área. Quanto ao órgão máximo da instituição, foi recomendada a revisão da sua composição, no sentido de proporcionar a equidade e equilíbrio de forças, o que legitimaria o processo de discussão e construção de soluções de maneira representativa da comunidade.

Palavras-Chave: educação - gestão - arranjos produtivos locais – identidade institucional.

ABSTRACT

SIMI, Julio César Peres. The management of the *Farroupilha* Federal Institute's *São Vicente do Sul* campus in face of local demands and peculiarities. 2013. 79 f. Dissertation (Master's degree in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2013.

The current study is characterised by a qualitative investigation on educational management, departing from a historical approach of vocational education in the country up until the current configuration of the federal institutes of education. The general objective was to learn about the management of the *Farroupilha* Federal Institute's *São Vicente do Sul* campus so as to verify its effective conditions in attending to local peculiarities, regarding demands. The consolidation of a democratic and participatory space will always be a challenging activity for the manager so that the community debates and proposes actions which might contribute for attending to local and regional needs. We have performed the approach of the theoretical benchmark and we have also interviewed a significant number of key-managers who knew the transition process which defined the current setting of the campus. From the work done, it has been verified that the management is indeed participatory and that there are conditions for attending to the local productive settings. Nonetheless, it is necessary there to be an improvement in the interaction process of students, teaching, and community. We have approached questions regarding the rescue of the co-op school model, the creation of business incubators and junior companies. The strengthening of performance in some specific area has been pointed as another alternative for the strengthening of the institutional identity. So as to support the advisory and deliberative instances, the enabling of technical chamber by area has been recommended. As for the institution's top organ, the review of its composition has been recommended so as to provide equity and force balance, which would legitimise the process of discussion and construction of solutions in a way which represents the community.

Keywords: education; management; local production setting; institutional identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Expansão da Rede Federal da EPT	10
Figura 2 Disposição da Reitoria e câmpus do IF Farrapilha/RS	16
Figura 3 Dimensões básicas da autonomia	23
Figura 4 Microrregiões Geográficas RS	27
Figura 5 Mapa do COREDE Vale do Jaguari	28
Figura 6 1ª Turma de Formandos em Técnico Agrícola	34
Figura 7 Vista aérea do Câmpus São Vicente do Sul	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Cursos Oferecidos pelo CEFET de São Vicente do Sul.....	35
Quadro 2 Cursos Oferecidos pelo Câmpus São Vicente do Sul.....	38
Quadro 3 Funções Remanejadas do Câmpus São Vicente do Sul.....	42
Quadro 4 Destaques relevantes das informações em função das categorias	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL – Arranjo Produtivo Local

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEPE – Conselho de Educação, Pesquisa e Extensão

CFICT – Curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores

CODIR – Conselho de Dirigentes

CONSUP – Conselho Superior

COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agrícola

EAF – Escola Agrotécnica Federal

e-Tec - Programa Escola Técnica Aberta do Brasil

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IFFAR – Instituto Federal Farroupilha

IF – Instituto Federal

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MEC

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PPGEA – Programa Pós-Graduação em Educação Agrícola

SESG – Secretaria de Ensino de Segundo Grau

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. A trajetória histórica da educação no Brasil: uma breve abordagem	2
1.2. A Expansão da Educação Profissional	7
1.2.1. Expansão - Primeira Fase	7
1.2.2. Expansão - Segunda Fase	7
1.2.3. A Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	8
1.2.4. Expansão - Terceira Fase	13
1.2.4.1 Pronatec	13
1.2.4.2 Rede e-Tec	14
1.3 A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	14
1.3.1. A Reitoria e seus câmpus.....	15
1.3.1.1 Os câmpus.....	16
2. OBJETIVOS	19
2.1. Objetivo Geral	19
2.2. Objetivos Específicos	19
3. REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1. Gestão Educacional	20
3.2. Arranjos Produtivos Locais	25
3.3. Os Arranjos Produtivos Locais na abrangência do Câmpus São Vicente do Sul.....	27
4. METODOLOGIA	31
4.1. Tipo de pesquisa	31
4.2. Universo da Pesquisa.....	31
4.3. Coleta e Análise dos Dados	32
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	33
5.1. O Cenário Anterior – CEFET de São Vicente do Sul	33
5.2. O Cenário Atual.....	37
5.3. Da Pesquisa e Análise das Informações	39
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	58

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo realizar uma abordagem sobre o Câmpus de São Vicente do Sul após sua integração ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS, em relação a sua gestão e às condições de atuação frente às demandas locais e regionais. O Câmpus está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul e pode ser identificado como uma unidade de ensino que conjuga ações de educação com trabalho.

Trata-se de uma investigação científica que se insere na Área de Concentração de Educação e Gestão no Ensino Agrícola, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA, na linha de pesquisa: Formação Docente e Políticas para a Educação Agrícola.

O escopo principal da investigação foi conhecer a gestão da unidade de ensino e as suas relações com os Arranjos Produtivos Locais (APLs), a qual, segundo as determinações legais, deve ser democrática e participativa, capaz de contribuir para o desenvolvimento local e regional, mediante a articulação com o ambiente de inserção e com as comunidades, interna e externa.

A escolha pela temática deu-se em função da mudança cultural, da alteração da gestão da unidade por força da extinção da antiga autarquia Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e a sua transformação para Câmpus do Instituto Federal Farroupilha, considerada a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A relevância social e acadêmica deste estudo ocorre pela análise da unidade de ensino frente à reforma da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, promovendo alterações na sua autonomia, bem como de sua identidade. Nesse cenário, denotam-se perdas de autonomia e falta de percepção sobre a identidade atual, comparada esta com a identidade construída ao longo de sua atuação por mais de meio século.

De certa maneira, a expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica vem complementar a rede de educação superior existente - igualmente merecedora de investimentos.

Nesse cenário de mudanças identifica-se um grande desafio, considerando as incertezas e expectativas geradas nas comunidades envolvidas no processo de transformação de um *status quo* para outro, partindo do que foi imposto pela lei de criação quanto às finalidades e características dos Institutos Federais, que se voltam para a oferta de educação profissional e tecnológica com vistas à formação e qualificação do cidadão, no sentido de oferecer condições de atuação nos variados segmentos socioeconômicos em que está inserido.

No mesmo sentido, ressalta-se ainda mais a gestão escolar participativa do novo ente, que antes formava somente técnicos e vivenciava as primeiras experiências em cursos de tecnologia, e que agora deverá conjugar todas as ações necessárias para a oferta da educação profissional e tecnológica, no sentido de promover um processo de ensino ainda mais verticalizado, contribuindo para a qualificação total do cidadão. Acima de tudo, intenciona dar-lhe melhores condições de acessar renda e independência mediante sua interação socioeconômica local, para promover o desenvolvimento.

Apesar de as concepções relativas à descentralização, democratização da gestão educacional e autonomia fazerem parte de um mesmo contexto, é possível perceber que esses elementos nem sempre estão dispostos em equidade, considerando a centralização das diretrizes do novo ente a partir da Reitoria. Em outras palavras, teoricamente pode-se adotar uma postura que não se comprova nas práticas de gestão, limitando as ações da entidade subordinada, negando-lhe a autonomia necessária ao atendimento de determinadas particularidades locais, relativas ao processo de gestão educacional. Eis que se exemplifica

uma situação paradigmática, onde se exploram os conceitos de democratização e autonomia, fazendo-o, porém, de um modo centralizado, o que pode fazer com que os esforços se anulem.

Ao longo da construção do presente trabalho, verifica-se o reconhecimento da gestão democrática e participativa, identificando-se como receptores do tema, entre outros: Lück (1988, 2000 e 2001); Freire (1996 e 2009). De outra banda, também se reconhece a questão da autonomia e do ambiente sistêmico de atuação de uma unidade de ensino, tendo como receptores: Guirardo (1986); Maximiano (2000); Vasconcelos (2009); Lück (2001).

Dessa forma, considerando o sistema *multicampi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, ao qual está subordinado o Câmpus São Vicente do Sul, entende-se de uma gestão educacional que leve em conta a regulamentação, a orientação da instância administrativa superior, visando ao efetivo atendimento das peculiaridades locais em função dos seus arranjos produtivos. Contudo, em função do contexto em que está inserido o Câmpus de São Vicente do Sul e da mudança do *status quo*, estabeleceu-se como objetivo geral da pesquisa: “Conhecer a gestão do Câmpus São Vicente do Sul, no sentido de verificar suas condições efetivas no atendimento às peculiaridades locais em função das demandas.”

Na expectativa de êxito na consecução do objetivo geral, foram estabelecidos os objetivos específicos, que são:

- a) Proceder a estudos bibliográficos históricos relativos à educação profissional e tecnológica no país;
- b) Identificar as possíveis alterações na gestão da unidade, ocorridas em função da constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha;
- c) Identificar possíveis ações que possam contribuir para o atendimento das peculiaridades locais em função das suas demandas.

No desenrolar do trabalho foi efetuada uma estratificação dos pontos, buscando interagir com a bibliografia, com os documentos e pesquisa com os gestores do ambiente definido para a coleta de dados.

Em primeiro lugar, foi feita uma abordagem da trajetória histórica da educação no Brasil, destacando-se alguns fatos que permitiram contextualizar o início, as alterações e o que se verifica como educação profissional. Foi abordada, também, a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha e o Câmpus de São Vicente do Sul.

Em segundo lugar, definiram-se os objetivos a serem alcançados.

No momento seguinte, foi elaborado o referencial teórico que amparou a pesquisa.

Num quarto momento, definiu-se a metodologia a ser aplicada, abordando os procedimentos adotados mediante os referenciais bibliográficos dos autores.

Num quinto instante, promoveu-se a análise e registros das informações obtidas dos gestores do Câmpus de São Vicente do Sul, os quais estiveram envolvidos ou que testemunharam o processo de transição.

E, finalmente, no sexto momento, foram elaboradas as considerações finais, pelas quais se registrou a percepção do que foi pesquisado e da interação com o objeto da pesquisa.

1.1. A trajetória histórica da educação no Brasil: uma breve abordagem

O Brasil, segundo Mont'Álvão (2008), por aproximadamente 300 anos teve na exploração por parte da metrópole portuguesa um marco na sua trajetória histórico-econômica-social-política e, sobretudo, na questão da instrução. Instrução que nasceu sob o signo da privatização de caráter religioso. Durante 210 anos - 1549 a 1759 - foram os jesuítas os únicos docentes conhecidos nessas terras.

A metodologia e a filosofia de ensino dos padres da Companhia de Jesus priorizavam, num primeiro momento, a catequização e instrução dos gentios, sendo criadas escolas de primeiras letras com os rudimentos da escrita e leitura, com ênfase nos ideais religiosos.

Assim, a formação do trabalhador começou a ser construída, tendo como primeiros aprendizes de ofício os índios e, posteriormente, os filhos de escravos. Isto também contribuiu para a cultura daquele tipo de ensino, que era destinado à camada inferior da escala social.

A esse respeito, CUNHA (2000, p. 16) assim discorreu:

Com efeito, numa sociedade em que o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica ‘contaminava’ todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos. [...]. Além da herança da cultura ocidental, matizada pela cultura ibérica, aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e pobres. [...] Assim, não é de estranhar que certas ocupações não atraíssem muitas pessoas para desempenhá-las. O resultado foi o trabalho e a aprendizagem compulsórios: ensinar ofícios a crianças e jovens que não tivessem escolha. Antes de tudo aos escravos, às crianças largadas nas Casas de Roda, aos ‘meninos de rua’, aos delinquentes e a outros desafortunados.

A Companhia de Jesus, todavia, com o poder absoluto sobre a instrução nesse largo período histórico, esteve voltada aos interesses da exploração e enriquecimento de uma elite em detrimento do restante da população e, ainda, ao seu próprio enriquecimento, não apenas material, mas também político, face à Metrópole Portuguesa.

O modelo jesuítico teve seu ocaso no ano de 1759, mediante o Alvará Régio de 28 de junho. Iniciou-se a Reforma dos Estudos Menores, suprimindo-se as escolas jesuíticas e determinando-se a expulsão dos jesuítas de toda a terra de domínio português. A pretensão era de tornar laico o ensino, vinculando-se aos interesses civis e da Coroa Portuguesa, buscando-se o fortalecimento do poder estatal, reorganizando-se a educação, conforme ANDRADE (1978, p.36):

[...] de um momento para o outro se pretendia instaurar um ensino oficial, sob a égide do Estado, que passaria a constituir a única autoridade competente, se não para fiscalizar todo o ensino, mesmo dos Conventos, pelo menos para imprimir a orientação desejada nesses mesmos estudos e, sobretudo, nas escolas oficiais, em que só lecionariam Professores habilitados com exame sancionado pelo soberano.

Neste cenário reformador, teve participação destacada o Conde de Eiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais adiante, conhecido como Marquês de Pombal, identificando-se o período Pombalino. A proposta era de estimular o poder estatal a partir do movimento iluminista, ou seja, pautados pela razão e investimento científico, contrapondo-se aos preceitos religiosos: pela fé.

A partir disso, buscava-se a construção de uma sociedade com um referencial de homem iluminado, mediado pela educação. Tal pretensão, no entanto, enfrentou dificuldades, pois, não existiam condições de infraestrutura e professores especializados.

Na esteira desses acontecimentos surgiu, em 06 de novembro de 1772, a Carta-Lei, instituindo novas mudanças no processo educacional, objetivando centralizar o pagamento e regularizar a profissão dos professores. Neste mesmo ano, o então ministro Marquês de Pombal “mandou abolir todos os outros impostos direcionados para a educação e estabelecer apenas o subsídio literário” (SILVA, 2008, p.26).

Foi, então, definida uma estrutura de recolhimento dos recursos das reformas estabelecidas para o pagamento dos professores, bem como para financiar as aulas públicas. O subsídio literário, segundo Machado (1972), era gerado a partir da cobrança do imposto em vários itens:

No Reino e Ilhas: 1 real em cada canada de vinho consumido; 4 réis em cada canada de aguardente; 160 réis em cada pipa de vinagre. Na América e na África: 1 real em cada arrátel de carne da que se cortar nos açougues; 10 réis

em cada canada de aguardente. Na Ásia: 10 réis em cada canada de aguardente, das que se fazem naquelas terras, debaixo de qualquer nome, que se lhe dê, ou venha a dar (MACHADO, 1972, p.114)

Nesse contexto, dadas as limitações e não havendo uma sistematização, nem frequência definida para o aprendizado, nem professores suficientes, a instrução ficou restringida até o ano de 1799, quando o vice-rei passou a conceder as licenças para professores. Entretanto, essas novas possibilidades não ensejaram o início de um processo de desenvolvimento tecnológico que poderia contribuir decisivamente para a gênese de uma instrução afinada com os pressupostos profissionalizantes, haja vista que o Alvará de 1785 impedia a instalação de fábricas em solo brasileiro, conforme segue:

O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil (FONSECA, 1961. p. 92).

No entanto, de acordo com o Ministério da Educação¹, foi com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, que foi revogado o citado Alvará. D. João VI cria o Colégio das Fábricas, sendo considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal. Criam-se, ainda, na esteira de tais instituições, os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenal da Marinha, que traziam operários especializados de Portugal, recrutando-se pessoas para o processo de aprendizagem. Tal recrutamento acontecia, inclusive, à noite, ou até mesmo recorrendo-se aos chefes de polícia, para que enviassem presos que tivessem alguma condição de produzir.

Em geral, segundo o ministério educacional, identificou-se, nos anos de 1800, a educação profissional no Brasil, quando ocorreram diversas experiências e foi adotado um modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros, que se destinava ao “amparo” das camadas populacionais menos privilegiadas. Os jovens eram direcionados para estabelecimentos onde recebiam, além da instrução primária, o aprendizado de ofícios técnicos: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros. Portanto, este sistema de educação – técnico-industrial, ficou marcado no ano de 1906, quando foram criadas quatro escolas profissionais – Decreto nº 787/1906, sendo três para o ensino de ofícios e uma de aprendizagem agrícola, respectivamente, Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro.

Além disso, ocorreu a Declaração do Presidente da República Afonso Pena, na sua posse no dia 15 de novembro de 1906, que assegurou em seu discurso: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”. Destaca-se que esse fato corresponde aos valores proclamados e não efetivamente dos valores reais, uma vez que só se concretizaria em momento posterior.

Portanto, esse modelo de educação profissional, primário e gratuito, de acordo com a pasta da educação, teve início com o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha, que assumiu a Presidência do Brasil, dado o falecimento, em julho de 1909, do então Presidente Afonso Pena, quando foram criadas, sob a jurisdição do

¹ MEC. Educação Profissional antes da criação da Rede Federal – Disponível em http://www.oei.es/pdf2/historico_educacao_profissional.pdf

Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove (19) Escolas de Aprendizizes Artífices.

Nesse contexto, passados cem anos da implantação da educação profissional no Brasil, originada da criação das dezenove Escolas de Aprendizizes Artífices em vários pontos do território nacional, através do Decreto nº 7.566/1909, a sua história vem sendo construída e reconstruída constantemente.

No tocante aos aspectos históricos, temos vários episódios que marcaram o cenário do ensino profissional no Brasil. Em 1927, o Congresso Nacional sancionou o Projeto Fidélis Reis, que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.

Em 14 de novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, estruturando-se a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, que passou a supervisionar as Escolas de Aprendizizes Artífices, ligadas anteriormente ao Ministério da Agricultura. Essa Inspetoria, por sua vez, no ano de 1934, foi transformada em Superintendência do Ensino Profissional, identificando-se, então, um grande período de expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.

A Constituição de 1937 tratou, em um primeiro momento, de maneira específica, o ensino técnico, profissional e industrial, nos termos do seu artigo 129, abordando que o ensino pré-vocacional profissional dedicado às classes menos favorecidas seria, em se tratando de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a tal dever, criando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativas dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. Às indústrias e sindicatos econômicos caberia criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei, então, deveria regular o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público.

Neste mesmo ano de 1937, a Lei nº 378, transformou as Escolas de Aprendizizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. Em 1941, foi editada uma série de leis, conhecida como a “Reforma Capanema”², que remodelou todo o ensino no país, tendo como principais destaques: a) o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; b) o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames admissionais; c) os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia aos cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria e o segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, compreendendo várias especialidades.

² Reforma Capanema – Transformações no sistema educacional brasileiro em 1942, na Era Vargas, liderada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Criou a Universidade do Brasil, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro. De todas as áreas do plano educacional, a educação secundária seria aquela em que o ministério Capanema deixaria sua marca mais profunda e duradoura. Segundo os autores de *Tempos de Capanema*, o sistema educacional proposto pelo ministro correspondia à divisão econômico-social do trabalho. Assim, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande "exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação" e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, "realidade moral, política e econômica" a ser constituída. Disponível em <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=371>. Acesso em 10/02/2013.

No ano de 1942, o Decreto nº 4.127 transformou as Escolas de Aprendizes por um processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficaram autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente a de sua formação.

No período de 1956 a 1961, o Governo Juscelino Kubitschek aprofundou o relacionamento entre o Estado e a economia, através do Plano de Metas do Governo JK³. O Plano de Metas do Governo JK previu investimentos maciços nas áreas de infraestrutura e, pela primeira vez, contemplando o setor de educação com 3,4% do total dos investimentos previstos, com o objetivo de formar profissionais voltados para as metas de desenvolvimento do Brasil. Dos recursos investidos em infraestrutura, 73% foram canalizados para o transporte e a produção energética.

No ano de 1959, ocorreu a transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias. A partir desse momento, passaram a ser concebidas como Escolas Técnicas Federais, adquirindo autonomia didática e de gestão.

No ano de 1971, a Lei nº 5.692, que promoveu a reforma do ensino de 1º e 2º Graus, tornou compulsória a formação de base técnico-profissional em todo o currículo do segundo grau, estabelecendo-se um novo paradigma que era o de formar técnicos em regime de urgência. Novos cursos foram implantados, aumentando-se o número de matrículas.

No mês de julho do ano de 1973, através do Decreto nº 72.434, foi criada a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola (COAGRI), objetivando assegurar autonomia administrativa e financeira às unidades especializadas na educação agrícola no âmbito do MEC. Permitiu, também, que a arrecadação de recursos oriundas da produção própria fosse reaplicada na unidade e não recolhida para o Tesouro Nacional.

Em 1978, as Escolas Técnicas do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), mediante a edição da Lei nº 6.545, conferindo-lhes a atribuição de formar engenheiros de operação e tecnólogos.

No transcurso da década de 1980, identifica-se uma remodelagem da economia no mundo, que foi classificada como globalização – integração dos mercados, dos meios de comunicação e transportes, por exemplo – fazendo surgir um cenário que se altera, provocando discussões ao se considerar a intensificação da aplicação da tecnologia associada a uma nova configuração dos processos de produção. Neste contexto, a linha de produção robotizada dá lugar ao sistema de produção integrado, os processos produtivos recebem modificações quanto aos métodos da sua gestão e manutenção e, as relações comerciais por sua vez, são alvo da abertura e desregulamentação dos mercados atingidos pela globalização. No plano interno verificam-se altos índices inflacionários, um descontrole econômico e diminuição do crescimento, contrariando projeções da necessidade de formação de técnicos em grande escala.

De certa forma, essa diminuição foi refletida pela Lei nº 7.044/82, que modificou a Lei nº 5.692/71, cuja alteração tratou de abolir a exigência da qualificação para o trabalho no 2º grau, ou seja, a habilitação profissional ficou como opcional para os estabelecimentos de ensino.

No ano de 1994, foi editada a Lei nº 8.948, que dispôs sobre o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, de forma gradativa, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em CEFETs.

Em 1996 foi editada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em vigência, dispendo, em capítulo separado, da Educação Básica, sobre a Educação Profissional

³ Plano de Metas – JK – Cinquenta anos em cinco. Metas distribuídas em 05 grandes grupos: Energia, Transporte, Alimentação, Indústria de Base, Educação e, a meta síntese, a construção de Brasília. Disponível em < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas> >. Acessado em 10/02/2013.

e definindo, ainda, o Sistema de Certificação Profissional, que permitiu o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

1.2. A Expansão da Educação Profissional

No ano de 1997, foi editado o Decreto nº 2.208, que regulamentou a educação profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, promovendo a separação entre a educação geral e a formação profissional, desmembrando os cursos de ensino médio e técnico. No mês de novembro do mesmo ano foi editado o Decreto nº 2.406, que regulamentou a Lei nº 8.948/94, tratando dos Centros de Educação Tecnológica.

Nesse cenário, em meio a complexas e polêmicas transformações da educação profissional em nosso país, retomou-se, no ano de 1999, o processo de transformação das instituições federais de educação profissional e tecnológica, que culminaria com a edição do Decreto nº 5.154/2004, que criou as condições legais para a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio, até então impossibilitadas pelo o citado Decreto nº 2208/97.

Dentro do plano governamental para a educação profissional, surgiu, no ano de 2003, a democratização na escolha dos dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica, das Escolas Técnicas Federais e das Escolas Agrotécnicas Federais, mediante a edição do Decreto nº 4.877/2003. No plano organizacional, as mesmas tiveram através do Decreto nº 5.224/2004, o reconhecimento de sua condição para o nível superior, à medida que, passaram a serem detentoras de autonomia didático-pedagógica, disciplinar, administrativa, financeira e patrimonial.

1.2.1. Expansão - Primeira Fase

No ano de 2005, com a edição da Lei nº 11.195, foi lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de novas 64 unidades, ocorrendo, ainda, neste mesmo ano, a transformação do CEFET do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná – a primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no País. Surgiu, também, neste espaço temporal, a Portaria do Ministério da Educação, nº 2.080, de 13 de junho de 2005, criando as diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional de forma integrada aos cursos de ensino médio, na modalidade de ensino de jovens e adultos.

Em 2006, através do Decreto nº 5.773, ocorreram modificações sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no Sistema Federal de Ensino. Nesse mesmo ano, através do Decreto nº 5.840, foi instituído, na esfera federal, o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos, com o ensino fundamental, médio e Educação Indígena. Também foi lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, disciplinando as denominações dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino, públicas e privadas.

1.2.2. Expansão - Segunda Fase

No ano de 2007 iniciou a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A meta governamental compreendia a construção de mais 150 novas unidades de ensino, para totalizar, até o ano de 2010, 354 unidades em todas

as regiões do País, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, coadunando-se com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

No mesmo compasso, surgiu o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, ficando disponibilizado ao público para consulta por um semestre, no sentido de serem oferecidas contribuições críticas e acréscimos, entrando em vigência no ano de 2008, no primeiro semestre. O catálogo serviu para a divulgação e regulação da oferta dos cursos técnicos para o país.

Tais eventos contribuíram, na linha do tempo, para completar um século desse modelo, considerado como Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que se transformaria mais uma vez com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

1.2.3. A Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Antecedendo a proposta de criação dos Institutos Federais, o cenário nacional da educação profissional e tecnológica apresentava, distintamente, a vontade das Escolas Agrotécnicas Federais em se transformarem em Centros Federais de Educação Tecnológica. OTRANTO (2010, p. 92), registrou que:

As Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), quando tomaram conhecimento do Decreto nº 6095/07, que apresentou a proposta de criação dos IFETs, foram pegadas de surpresa. O maior objetivo de cada uma delas era a transformação em CEFET, visando à ampliação da autonomia e ascensão à categoria de instituição de educação superior. A proposta de agregação a outras instituições para alcançar este mesmo objetivo, foi olhada com desconfiança e gerou, de início, reações contrárias na maioria delas.

Os Centros Federais de Educação Tecnológica, por sua vez, tinham a pretensão de se transformarem em Universidades Tecnológicas, conforme também descreveu OTRANTO (2010, p. 96):

Os Centros Federais de Educação Tecnológica também receberam com desconfiança a proposta de transformação em IFET. Muitos deles ascenderam a essa condição em 1997, quando o Decreto nº 2.406/97, transformou escolas técnicas e agrotécnicas federais em CEFETs. Em 2004, o Decreto 5.225, elevou essas tradicionais escolas de ensino médio, à condição de instituições de educação superior, uma vez que a maioria já oferecia cursos superiores tecnológicos. Quando a proposta dos IFETs surgiu, o grande sonho dos CEFETs era o de chegar a ser, um dia, uma universidade tecnológica, a exemplo do que havia acontecido com o CEFET do Paraná.

Em LIMA FILHO (2010, p. 142) identifica-se registro em relação deste cenário:

O fato é que nem encerrada de toda a transformação das antigas escolas técnicas em CEFET e a do CEFET-PR em UTFPR, iniciou-se um movimento entre diversos CEFETS, pleiteando o alcance do *status* de universidades tecnológicas. A esse movimento, o Ministério da Educação apresentou um caminho diverso, emitindo o Decreto no. 6.095, em 2007, e estabelecendo a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e procedimentos normativos para a transformação dos atuais CEFETS em IFETS.

Por sua vez, OTRANTO (2011, p. 8) registrou que:

[...] o Governo Federal encontrou, na ocasião, diversas resistências apontadas pelos grupos das instituições envolvidas. Os CEFETs, por exemplo, após a determinação do governo de que não haveria mais a possibilidade de transformarem-se em Universidades Tecnológicas Federais, fizeram algumas exigências para a adesão à reforma. Figurar como entidade do Sistema Federal de Educação e ter equivalência às universidades estavam entre tais

prerrogativas. Tais solicitações foram atendidas, assim como outras com o objetivo de minimizar os opositores da proposta governamental. Assim, o governo buscou a negociação com as partes e quando necessário conferiu os trâmites legais às instituições até que finalmente a maioria aderiu à transformação.

Contudo, percebe-se que no plano interno a proposta dos Institutos Federais já estava consolidada, resultando no desaparecimento das Escolas Agrotécnicas Federais, dos Centros Federais de Educação e das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades, à medida que passariam a ser câmpus das novas instituições.

No mesmo sentido de alteração da educação profissional, também se identificam influências externas para a adoção de ações com vistas à reformulação da mesma, no sentido de construir um modelo de instituição que permitisse a criação de cursos mais flexíveis e integrados com as demandas locais, mediante a produção de novas tecnologias e contribuindo para o desenvolvimento, bem como com custos inferiores ao modelo universitário. Assim destacou OTRANTO (2010, p. 102):

Na proposta político-educacional-financeira do Banco Mundial de criação de instituições de educação superior que tenham custos inferiores aos das universidades, no que se refere aos cursos superiores técnicos, ganha especial destaque a alegação de que estes cursos seriam mais flexíveis, portanto mais integrados ao sistema produtivo, e de menor custo que o universitário tradicional. São ideias que, no Brasil, contam com o incentivo e a anuência dos planejadores da educação, que vêm consolidando esse modelo através de instrumentos legais.

Nesse contexto, portanto, identificou-se a necessidade e oportunidade da reformulação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, editando-se o Decreto nº 6.095/2007, dando início ao processo com os fundamentos e diretrizes pertinentes. No seguimento disto, foi instaurada a Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, que viria a fundamentar o Projeto de Lei da Câmara nº 177/2008, que resultaria na criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, mediante a Lei nº 11.892/2008. O referido chamamento público trazia na sua essência que cada comunidade interessada deveria deliberar em aderir, ou não, à proposta de criação do novo modelo de instituição. O regramento era no sentido de que a nova instituição existiria a partir da agregação das instituições até então existentes, assim identificadas naquela ocasião:

a) Centros Federais de Educação Tecnológica: autarquias federais que ministravam a educação superior, desde a graduação até a pós-graduação, objetivando a formação de profissionais na área de tecnologia, oferecendo, também, a formação pedagógica e de especialistas, bem como cursos de nível básico, técnico e tecnológico do ensino médio. Existiam, ainda, as suas Unidades de Educação Descentralizadas, que possuíam sede própria, porém, vinculadas à autarquia, ou seja, tinham em relação a esta, dependência pedagógica, administrativa e financeira;

b) Escolas Agrotécnicas Federais: autarquias federais que na sua essência atuavam prioritariamente no ensino agropecuário, oferecendo cursos de nível técnico, cursos de nível básico e ensino médio;

c) Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais: unidades que não possuem autonomia pedagógica, administrativa, orçamentária e financeira vinculadas às Universidades Federais que ofereciam cursos de nível técnico em agropecuária, ensino médio, bem como indústria e serviços.

Portanto, impunha o regramento que cada ente deveria promover a discussão com as suas comunidades, quer fossem Escolas Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológicas ou Escolas Vinculadas às Universidades Federais, no sentido de analisar a

proposta e deliberar quanto a sua aceitação para a integração do novo modelo de instituição de ensino.

Nesse novo cenário, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação passou a ter uma nova composição, passando a contar com trinta e oito (38) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mantidos dois Centros Federais de Educação Tecnológica – Celso Suckow da Fonseca e de Minas Gerais; vinte e quatro (24) Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e também a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Da nova configuração de rede, o governo federal apresentou a projeção de abrangência para até o ano de 2010, da seguinte forma:



Fig. 1 - Expansão da Rede Federal da EPT até 2010 - SETEC/MEC.

A criação dos institutos trouxe novos entes autárquicos, pluricurriculares e multicampi, possuidores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, podendo oferecer educação superior, básica e profissional nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas.

Portanto, anteriormente à criação dos institutos, havia setenta (70) autarquias federais pertencentes à rede que gozavam de autonomia nos termos da legislação e que, pela integração determinada, foram extintas. Note-se que, como autarquias, dentro da sua

discricionabilidade e de acordo com a legislação vigente, praticavam atos de acordo com suas diretrizes, isoladamente nas suas regiões de abrangência, num determinado modelo de gestão e com identidade própria. Com a nova situação, tiveram definidas outras finalidades e características, bem como objetivos, por força da lei de criação.

Como finalidades e características, a lei assim definiu:

- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis de modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica;
- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Quanto aos objetivos, a lei trouxe os seguintes:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelados e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e área do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Além da observação da caracterização, finalidades e objetivos, deverá a gestão observar, anualmente, no desenvolvimento do processo de ensino, a oferta mínima de 50% de suas vagas para o ensino técnico e 20% de suas vagas para as licenciaturas, bem como a formação pedagógica.

PACHECO, em artigo ⁴, reforça a defesa e a importância dos institutos federais, registrando que:

Fundamentam-se na verticalização do ensino, onde os docentes atuam nos diferentes níveis do ensino com os discentes compartilhando os espaços pedagógicos, incluindo os laboratórios e procurando estabelecer itinerários formativos do curso técnico ao doutorado. Com uma estrutura multicampi e uma territorialidade definida os Institutos Federais assumem um compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social. Deverão buscar a constituição de Observatórios de Políticas Públicas, tornando-as objetos de sua intervenção através do ensino, da pesquisa aplicada e da extensão articulada com as forças sociais da região. Os cursos, definidos nas novas unidades através de audiências públicas e de escuta as representações da sociedade serão sintonizados com os processos de desenvolvimento regionais. Os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado.

Quanto à autonomia, tacitamente expressa no parágrafo único do artigo 1º da lei de criação dos Institutos Federais, o entendimento é de que a mesma deve contemplar a essência do que dispõe o Decreto-Lei nº 200/67, uma vez que as autarquias, embora criadas pelo Estado, na verdade, integram a sua Administração Indireta. O citado diploma legal dispôs sobre a organização da Administração Federal, estabelecendo as diretrizes para a reforma administrativa, definindo o seguinte:

Art. 4º A Administração Federal compreende:

I – A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.

II – A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:

a) Autarquias;...

O Decreto-Lei nº 200/67, no seu artigo 5º, define que “autarquia” é o serviço autônomo criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

⁴ **Os Institutos Federais:** uma revolução da Educação Profissional e Tecnológica – Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/osinstitutos.pdf>>

Para Rolim (2004, p. 93):

[...] as autarquias são pessoas jurídicas de direito público, tal como a União, os Estados-membros, os Municípios e o Distrito Federal. Estas últimas, entretanto, são pessoas públicas políticas, enquanto as autarquias são pessoas públicas administrativas, pois não tem capacidade de criar seus próprios direitos. [...] as autarquias fazem parte da Administração Indireta do Estado, pois apesar de serem criadas por ele, dele são partes integrantes. Elas atuam junto ao lado do órgão estatal que as criou e por esse motivo é considerado um prolongamento do Poder Público, ou seja, a longa mão do Estado.”

1.2.4. Expansão - Terceira Fase

Na esteira das ações já existentes, o Governo Federal lança mais um programa que contribui para a expansão da oferta de educação profissional e tecnológica de maneira democrática e interiorizada - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Busca-se, através do referido programa, suprir a demanda por cursos de qualidade, envidando-se um esforço nacional para a ampliação das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica. Nesse contexto haverá financiamento para as redes dos estados, no sentido de proporcionar condições de ampliação e equipar suas escolas através do Brasil Profissionalizado, além da expansão de novos câmpus federais que, dos 354 atuais, passarão, até 2014, para 562 e a consolidação da Rede e-Tec.

1.2.4.1 Pronatec

No ano de 2011, através da Lei nº 12.513, foi instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, com a premissa de melhorar a disponibilidade de mão-de-obra a partir de oferta de cursos de qualificação profissional, interagindo com o sistema privado – “Sistema S” – e a expansão da rede de educação profissional, inclusive proporcionando bolsas de estudos para os cursos de média e curta duração, tendo o seguinte elenco de objetivos:

- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

O novo programa estabeleceu diretrizes para, prioritariamente, atender:

- estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- trabalhadores (agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores);
- beneficiários dos programas federais de transferência de renda;
- estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

1.2.4.2 Rede e-Tec

Consolidada pelo PRONATEC, no ano de 2011, através do Decreto nº 7.589, foi instituída no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil, com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País, nos termos do artigo primeiro, do citado diploma legal.

A Rede e-Tec Brasil tem a sua implementação pela adesão de instituições interessadas, desde que as mesmas instituem pólos presenciais para a execução das atividades didático-administrativas, dando, portanto, o suporte necessário aos cursos ofertados, nascendo com os seguintes objetivos:

- estimular a oferta da educação profissional e tecnológica, na modalidade a distância, em rede nacional;
- expandir e democratizar a oferta da educação profissional e tecnológica, especialmente para o interior do País e para a periferia das áreas metropolitanas;
- permitir a capacitação profissional inicial e continuada, preferencialmente para os estudantes matriculados e para os egressos do ensino médio, bem como para a educação de jovens e adultos;
- contribuir para o ingresso, permanência e conclusão do ensino médio por jovens e adultos;
- permitir às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias educacionais em educação a distância na área de formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica;
- promover o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para a formação inicial e continuada de docentes para a educação profissional e tecnológica;
- promover junto às instituições públicas de ensino o desenvolvimento de projetos de produção de materiais pedagógicos e educacionais para estudantes da educação profissional e tecnológica;
- permitir o desenvolvimento de cursos de formação inicial e continuada de docentes, gestores e técnicos administrativos da educação profissional e tecnológica, na modalidade de educação a distância.

1.3 A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

Nos termos do regramento, o então Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, capitaneou a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo que após os debates internos e deliberações necessárias, aderiu à nova proposta.

Nesse cenário, deveria a composição contar com a então Escola Agrotécnica Federal de Alegrete que, contudo, num primeiro momento, deliberou de forma contrária. Tal situação demandou a intervenção direta de autoridade indicada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, para a mediação e esclarecimentos da proposta. Ocorrendo, então, a adesão por parte da escola mencionada, houve a integração das instituições para criação do novo instituto. A proposta foi contemplada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e o Ministério da Educação e, dessa forma, a lei criou, entre outros, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, possuindo, de acordo com a legislação e seu estatuto, natureza jurídica autárquica, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A sua integralização se deu além das ex-autarquias já mencionadas, pois incluiu também as respectivas unidades descentralizadas de ensino (Júlio de Castilhos, Santa Rosa, Panambi e São Borja). Agregou-se, também, a unidade descentralizada de ensino de Santo Augusto, que pertencia ao então Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. Quer dizer, a partir de então, passou a existir um novo e único ente, com uma estrutura *multicampi* e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos.

O nome escolhido – Instituto Federal Farroupilha - é uma alusão à Revolução Farroupilha, cujo movimento começou em protesto aos altos impostos cobrados no charque, no sal e em outros produtos da região Sul, e queria a independência em relação ao governo central ⁵.

As suas práticas pedagógicas amparam-se na sua lei de criação e tem como sedes, para os fins da legislação educacional, as seguintes unidades: a Reitoria no município de Santa Maria, os câmpus de Alegrete, de Jaguari, de Júlio de Castilhos, de Panambi, de Santa Rosa, de Santo Augusto, de São Borja, de São Vicente do Sul e, atualmente, implantando o Câmpus Santo Ângelo, que resulta da nova fase de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica, a partir de 2011, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

O novo ente se originou do planejamento federal de expandir a sua Rede de Educação Profissional e Tecnológica, resultando na descentralização do ensino, considerando a grande capilaridade existente com as respectivas unidades de ensino técnico espalhadas por todo o Brasil. Isto é, a possibilidade de proporcionar na região em que o cidadão está inserido, educação gratuita e de qualidade dando-lhes condição, além da sua qualificação, a de contribuir com a criação e disseminação de tecnologias, bem como com o desenvolvimento local.

1.3.1. A Reitoria e seus câmpus

Em continuidade às ações de criação do Instituto Federal Farroupilha, definiu-se que a sede da Reitoria seria implantada em local diverso dos seus câmpus. Nesse sentido, foi identificada e definida, para este fim, a cidade de Santa Maria, situada na região central do estado do Rio Grande do Sul, contando, naquela ocasião, com aproximadamente 260.000 habitantes.

De acordo com a justificativa constante no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a cidade de Santa Maria foi escolhida por desempenhar reconhecido papel de pólo econômico da região central do estado e ser a quarta cidade em população.

Em relação ao aspecto geográfico, a cidade possui o epíteto de “Coração do Rio Grande”, uma vez que é considerado um ponto de confluência e fácil acesso aos demais municípios do Estado, constituindo-se, portanto, na alternativa mais adequada para a instalação da administração central do órgão, considerando-se, ainda, vários outros fatores para a tomada de decisão. Entre esses fatores, destacam-se a acessibilidade rodoviária e aérea, inclusive com os países do MERCOSUL; a privilegiada infraestrutura hoteleira e de turismo em geral; as favoráveis condições para organização de eventos educativos e culturais, inclusive, com a colaboração de outras instituições de ensino superior e unidades militares; e as facilidades administrativas e comerciais.

⁵ <http://revistaescola.abril.com.br/historia/fundamentos/foi-revolucao-farroupilha-nao-de-certo-499563.shtml>

Portanto, a Reitoria localizada no município de Santa Maria, por sua vez, vai desempenhar o papel central da administração, de onde surgirão as diretrizes e o controle de atuação do instituto, com a subordinação direta dos seus câmpus distribuídos na sua respectiva abrangência dentro do estado do Rio Grande do Sul:

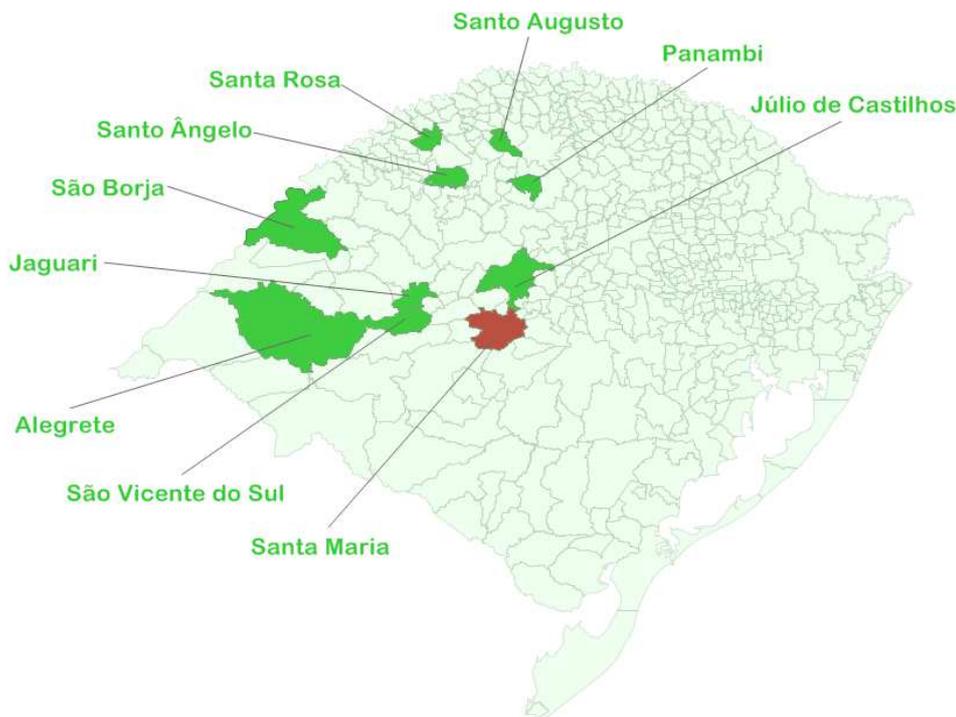


Fig. 2 - Disposição da Reitoria e câmpus do IF Farroupilha/RS

1.3.1.1 Os câmpus

a) **Câmpus Alegrete:** ex-autarquia, então identificada como Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, remonta o seu funcionamento a março de 1954, sendo, portanto, a unidade mais antiga do Instituto Federal Farroupilha. Na história da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, de tantas transformações, teve a unidade papel de integradora do Instituto Federal Farroupilha, em conjunto com a então autarquia, Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul.

Seu relacionamento com o atual órgão foi dado pela Lei nº 11.892/2008 e Portaria MEC nº 04, de 06 de janeiro de 2009. O Câmpus Alegrete alia ensino, pesquisa e extensão, ofertando cursos de nível fundamental, em parceria com as Escolas Municipais de Educação Básica; Cursos Técnicos de Nível Médio, nas modalidades integrada, subsequente e PROEJA; Cursos de Graduação: Superiores de Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelado em parceria com a Unipampa; Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*. Destacam-se, também, os cursos ofertados na Modalidade de Educação a Distância (EAD), segmento onde o Câmpus Alegrete atende os Pólos dos municípios de Alegrete, Bagé, Canguçu, Santa Maria, Santo Antônio da Patrulha, São Borja e São Lourenço do Sul.

b) **Câmpus Júlio de Castilhos:** foi implantado pelo então Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul para atender a demanda de ensino profissional de Júlio de Castilhos e região central do estado do Rio Grande do Sul. Foi inaugurado, no dia 29 de maio de 2008. Iniciou as atividades letivas em 25 de fevereiro de 2008, com 285 alunos. Teve seu

relacionamento estabelecido com o Instituto Federal Farroupilha, pela Portaria MEC nº 04, de 06 de janeiro de 2009.

O Câmpus Júlio de Castilhos está inserido numa região que contribui para a economia gaúcha, com a produção do binômio trigo/soja. Desde a sua implantação apresentou um grande crescimento e oferta cursos Técnicos de Nível Médio, Graduação e Pós-graduação, além de cursos de formação inicial e continuada.

c) **Câmpus Panambi:** foi implantado pelo então Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, tendo como missão principal atender a demanda do ensino profissional e tecnológico da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Teve a sua origem a partir de audiências públicas realizadas no ano de 2008. Foi inaugurado no dia 01 de fevereiro de 2010, pelo então Presidente Lula, em cerimônia realizada em Brasília/DF, iniciando suas atividades letivas com as primeiras turmas no mês de agosto de 2010. Teve sua relação estabelecida com o Instituto Federal Farroupilha determinada pela Portaria MEC nº 04, de 06 de janeiro de 2009.

O Câmpus está localizado no município de Panambi, considerado o terceiro pólo metal-mecânico do Rio Grande do Sul e referência nacional na produção de peças e equipamentos para a indústria de máquinas agropecuárias e veículos automotores, armazenamento e secagem de grãos. O município de Panambi possui o maior arranjo produtivo local no ramo de produtos pós-colheita do país, com relevante parque industrial metalúrgico. Nesse contexto, o Câmpus Panambi oferta cursos Técnicos de Nível Médio e Graduação, além de cursos de formação inicial e continuada, visando atender às demandas apontadas pela comunidade.

d) **Câmpus Santa Rosa:** foi implantado pelo então Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, tendo a sua inauguração oficial ocorrida em 1º de fevereiro de 2010, em Brasília/DF, pelo então Presidente Lula. Sua relação com o Instituto Federal Farroupilha se deu pela Portaria MEC nº 04, de 06 de janeiro de 2009. O Câmpus está localizado no município de Santa Rosa, o qual é conhecido como o berço Nacional da Soja e apresenta significativo crescimento no setor moveleiro. Atendendo aos arranjos produtivos locais, o Câmpus Santa Rosa oferta cursos Técnicos de Nível Médio, Licenciatura e Bacharelado.

e) **Câmpus Santo Augusto:** foi inaugurado em 18 de dezembro de 2007, então vinculado ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, teve a sua origem no Centro de Educação Profissional (CEPROVALE) mantido pela Fundação Vale do Rio Turvo para o Desenvolvimento Sustentável (FUNDATURVO/RS), no sentido de atendimento da demanda de ensino profissional de Santo Augusto e toda a região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. O Centro de Educação Profissional seria uma Escola Comunitária, cuja construção contou com recursos do PROEP – Programa de Expansão do Ensino Profissional. Contudo, ocorreu a sua federalização, por acordo entre a então mantenedora e o Ministério da Educação, passando a ser uma Unidade de Ensino Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. Teve sua relação estabelecida com o Instituto Federal Farroupilha pela Portaria MEC nº 04, de 06 de janeiro de 2009.

O Câmpus está localizado no município de Santo Augusto, o qual tem sua economia baseada na agropecuária. Os cursos ofertados são: técnicos de nível médio, Superiores de Tecnologia, Licenciatura e Pós-graduação, atendendo a missão da Instituição de promover a educação profissional, científica e tecnológica por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

f) **Câmpus São Borja:** nasceu de uma demanda local e regional, no sentido de uma ideia de “Escola Técnica”, apresentada pela Prefeitura Municipal em resposta a chamada pública MEC/SETEC nº 01/2007. Teve a sua implantação iniciada pela então Escola

Agrotécnica Federal de Alegrete, passando a ter sua relação com o Instituto Federal Farroupilha, pela portaria MEC nº 04, de 06 de janeiro de 2009. O Câmpus está localizado no município de São Borja, o qual tem sua economia baseada na agricultura e faz fronteira com a cidade Argentina de Santo Tomé. Oferta cursos técnicos de nível médio voltados para a área de serviços, gastronomia, eventos, hospedagem, informática, além de cursos de formação inicial e continuada. Oferece, também, cursos na modalidade de educação a distância.

g) **Câmpus Jaguari:** teve a sua implantação iniciada pelo Câmpus de São Vicente do Sul, no ano de 2010. No ano de 2011 iniciou suas atividades letivas, ofertando cursos técnicos de nível médio, nas modalidades de concomitância externa e PROEJA.

h) **Câmpus Santo Ângelo:** contemplado na Fase III em função do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), está em fase de implantação.

i) **Câmpus São Vicente do Sul:** ex-autarquia, então identificada como Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, teve a sua origem de criação estabelecida em 17 de novembro de 1954. Na linha cronológica, com as transformações ocorridas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi proponente e integradora do Instituto Federal Farroupilha, em conjunto com a também ex-autarquia Escola Agrotécnica Federal de Alegrete. Seu relacionamento com o atual órgão ocorreu pela Lei nº 11.892/2008 e a Portaria MEC nº 04, de 06 de janeiro de 2009.

O Câmpus está localizado no município de São Vicente do Sul, na região do Vale do Jaguari, na qual tem sua economia baseada na agropecuária. Oferta cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, pós-graduação, além de cursos de formação inicial e continuada. Tem sua atuação firmada no tripé ensino - pesquisa - extensão.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Conhecer a gestão do Câmpus São Vicente do Sul, no sentido de verificar suas condições efetivas no atendimento às peculiaridades locais em função das demandas.

2.2. Objetivos Específicos

- Proceder a estudos bibliográficos históricos relativos à educação profissional e tecnológica no país;
- Identificar as possíveis alterações na gestão da unidade, ocorridas em função da constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha;
- Identificar possíveis ações que possam contribuir para o atendimento das peculiaridades locais em função das suas demandas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Gestão Educacional

Diariamente, considerando o universo escolar em constante mutação, os gestores são premidos a interagir no sentido de adotar as ações mais adequadas para o bom desenvolvimento do processo educacional. Isto é, desafios de toda a ordem, exigindo, portanto, que o gestor esteja preparado para enfrentá-los.

Lück (2000) analisa questões relevantes e os novos desafios relacionados à gestão da escola, considerando as novas demandas que a mesma enfrenta, no contexto de uma sociedade que se democratiza e se transforma. Busca dar a compreensão da mudança de concepção de escola e implicações quanto à gestão, as limitações do modelo estático de escola e de sua direção; a transição de um modelo estático para um paradigma dinâmico; a descentralização, a democratização da gestão escolar e a construção da autonomia da escola e a formação de gestores escolares.

Ainda, para Lück (2000, p. 13), o modelo estático de escola e de sua direção apresenta limitações de atuação, a partir da tutelação do diretor, aos seus órgãos centrais:

Até bem pouco tempo, o modelo de direção da escola, que se observava como hegemônico, era o de diretor tutelado dos órgãos centrais, sem voz própria, em seu estabelecimento do ensino, para determinar os seus destinos e, em consequência, desresponsabilizado dos resultados e de suas ações e respectivos resultados.

Na verdade, o que a autora ensina, é que um novo paradigma surgiu, pois o gestor tem responsabilidade, tem voz e toma decisões. Porém, essa ação administrativa deve ser debatida com a sua comunidade, o que o auxiliaria numa melhor maneira de obtenção de resultados.

Por outro lado, Lück (2000, p. 14) entende que as escolas são unidades vivas e dinâmicas que integram um contexto sócio-econômico-cultural, sujeito às interações do seu meio:

Os sistemas educacionais, como um todo, e os estabelecimentos de ensino, como unidades sociais especiais, são organismos vivos e dinâmicos, fazendo parte de um contexto socioeconômico-cultural marcado não só pela pluralidade, como pela controvérsia que vêm, também, a se manifestar na escola; portanto, com tais características devem ser também as escolas entendidas. Ao serem vistas como organizações vivas, caracterizadas por uma rede de relações entre todos os elementos que nelas atuam ou interferem direta ou indiretamente, a sua direção demanda um novo enfoque de organização e é a esta necessidade que a gestão escolar procura responder.

Uma gestão educacional participativa deverá contribuir para o alcance dos pressupostos oriundos dos marcos regulatórios e das diretrizes do Ministério da Educação, órgão ao qual estão vinculados os Institutos Federais, visando ao atendimento social por meio de ações educacionais que garantam um ensino público de qualidade, permitindo a sua democratização. A democratização do ensino, na verdade, permite a socialização dos meios de obtenção do conhecimento, apropriando-se das condições de participação ativa no meio social, de maneira crítica e construtiva.

Evidentemente que a gestão transcende o marco regulatório, pois esse serve para referenciar as ações, e a gestão é construída de acordo com as oportunidades e demandas do seu ambiente de interação, relacionando-se com as forças nele existentes, com as pessoas, com as organizações, enfim, com a comunidade.

Quando se fala em modelos de gestão, é necessário considerar a que se referem os termos, ou seja, a origem das palavras utilizadas na formação da expressão. A palavra “modelo” tem sua origem no latim *Modulus* e significa molde, forma, algo que deve ser seguido. Por outro lado, “gerir” é organizar os recursos disponíveis de uma organização através de técnicas adequadas. Então, pode-se dizer que um “modelo de gestão” implica no ato de gerir através de um exemplo pré-existente, realizando modificações necessárias para cada organização.

Nessa perspectiva, é fato que uma gestão eficaz se torna, cada vez mais, um fator de sucesso para a organização e o alcance dos objetivos será cobrado dos responsáveis pela gestão. Por essa razão, é fundamental que os gestores, de forma democrática e participativa, consigam manter a integração das diversas unidades e áreas da organização, com a adoção de uma gestão viável, evitando improvisos e, por consequência, possíveis insucessos. Contudo, em alguns momentos tem-se que conviver com o imprevisto, à medida que os marcos regulatórios são alterados ou substituídos, promovendo ajustes naquilo que já fora programado e discutido.

Seja qual for a forma de gestão adotada, deverá ser considerado o ambiente interno. Esse é um fator relevante no processo, pois está intrinsecamente ligado à cultura da organização e de seus integrantes, à medida que estabelece condutas a serem observadas pelos mesmos, influenciando diretamente nas suas percepções em relação ao meio em que estão inseridos. Assim, a gestão terá que ocorrer da forma mais apropriada, remetendo ao administrador a responsabilidade de defini-la através dos recursos disponíveis, visando alcançar os objetivos traçados e atender às constantes necessidades de sua clientela.

No que diz respeito à gestão do educandário, como processo sistêmico, de acordo com Lück (2001, p.15), o mesmo concentra-se em três correntes:

- a. seleção dos seus dirigentes, mediante a participação da comunidade escolar;
- b. constituição de conselhos escolares, dando-lhes condições para deliberação;
- c. condições financeiras para as escolas, de maneira a contribuir com a sua autonomia.

A gestão com a participação de toda a comunidade – gestores, professores, técnico-administrativos e alunos - segundo Lück et al. (2001) permite um mecanismo relevante do envolvimento de todos na busca da decisão mais adequada para uma determinada situação. A mesma autora (1988) ensina que o entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto.

Portanto, o ensinamento traz a ideia de que o pensamento coletivo norteará a construção conjunta de uma solução, contribuindo para o sucesso da implementação de determinada ação para atendimento da demanda surgida, como por exemplo, o projeto político-pedagógico.

Para Freire (apud MORAES, ALMEIDA e SILVA, 2009), a ação da coletividade é importante para o processo democrático da gestão quando afirma:

[...] tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (p. 28 e 29).

O mesmo autor (1996) ensina que toda a sociedade deve estar envolvida no processo da gestão escolar e não simplesmente aguardar ações governamentais para a educação pública. Todos são responsáveis e a cada um cabe uma parcela de responsabilidade, devendo

avaliar e propor alternativas para a melhoria do processo. Depreende-se disso que, embora a gestão escolar possa contribuir pela qualidade do processo educacional, isso não é suficiente, pois é necessária a colaboração dos servidores, dos alunos e de toda a comunidade para o alcance de uma educação de qualidade, cujo processo deverá ocorrer de forma democrática e participativa.

Cabe destacar que a Constituição Brasileira, fez surgir a defesa da escola pública e de qualidade, dando à educação o destaque que ela merece, ressaltando que a mesma é um direito social de todos os cidadãos, devendo ser oferecida para todos, com qualidade e de forma democrática.

Antes da LDBEN nº 9.394/96 discutia-se a educação brasileira no sentido de implementá-la com qualidade e acesso para todos. Entre os princípios básicos eleitos no artigo 206 do citado diploma legal, para orientar a educação escolar, além do livre acesso, da igualdade, da gratuidade, identifica-se claramente a gestão democrática do ensino público, este assumido no artigo 3º da referida Lei. Ou seja, o desafio de proporcionar uma gestão democrática que possa, de maneira efetiva, contribuir para o processo da construção de uma cidadania emancipadora, exigirá, portanto, autonomia, participação coletiva nas decisões, bem como posicionamentos críticos que se contraponham à ideia burocrática de hierarquia.

Nessa esteira, é essencial que a escola tenha a sua filosofia político-pedagógica orientada a partir da realidade, que se caracterize em sua singularidade, permitindo o acompanhamento e avaliação permanentes e contínuos de todos os envolvidos e interessados: a comunidade escolar (estudantes, servidores, gestores e sociedade civil).

Quanto à autonomia da gestão escolar, focando o modo participativo, também está legalmente prevista no artigo 17 da LDBEN, quando expressa que os sistemas de ensino deverão estimular o direito às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais do direito financeiro público.

Surgiu, então, um novo contexto educacional diferencial, à medida que a gestão escolar democrática participativa dentro da autonomia foi assegurada na lei, mas que seria efetivada com a participação da coletividade, passando a adquirir uma dimensão articuladora de todos os recursos envolvidos: capital humano, financeiro e burocrático, no sentido de proporcionar a educação, conforme ensinou Gadotti (2006, p. 52): “fazer da educação, tanto formal, quanto não formal, um espaço de formação crítica” e não apenas “formação de mão de obra para o mercado”.

A gestão democrática participativa tem o papel de democratizar a escola, auxiliando no entendimento cultural dentro da mesma, bem como seus processos e na interação das relações sociais no contexto inserido.

Esse processo construtivo da gestão escolar democrática e participativa necessariamente implica o repensar da estruturação organizacional e da participação nas relações e condutas escolares, com o fundamento de discutir os meios de como participar, qual a finalidade e quais as metas, bem como a tomada de decisão coletiva. Dentro desse cenário, implica possibilitar o surgimento de processos e de posições independentes e não apenas criar espaços e ações autônomas. Quer dizer que existe a necessidade de que todos os envolvidos no processo educacional constantemente repensem o seu papel, considerando que a gestão democrática participativa se consolida no dia a dia educacional, pelo que surgiu coletivamente, pela vontade e autonomia existentes, buscando o que for mais justo para a sociedade.

A autonomia é necessária para o desenvolvimento das instituições, sendo um processo de grande complexidade e dinâmico dentro do espaço escolar. Este, por sua vez é o resultado da ação do indivíduo, que condiciona e, também é condicionado pelo próprio ambiente, conforme ensina Silva (1996):

[...] significa conceber as instituições enquanto práticas sociais que, em sua particularidade, existem pela ação dos que cotidianamente as fazem e pelo reconhecimento desse fazer como uno, necessário e justificado. Significa, ainda, estabelecer as distâncias entre o real e o discurso analítico bem como as distinções dos planos em que este discursos se dá ou em que se propõe a compreender as relações concretas. Conhece-se a instituição a partir de certa concepção do que ela seja e faz-se um inevitável recorte desde a perspectiva em que se dá o conhecimento, ou melhor, desde o nível ou ângulo a partir do qual se constrói o conhecimento. (GUIRARDO, 1986, apud SILVA 1996, p. 46).

A autonomia escolar está diretamente relacionada ao mundo globalizado e suas constantes mudanças, passando pela descentralização do poder, da democratização do ensino, da autogestão e da flexibilização, consolidando-se a partir da necessidade social de que as instituições promovam as alterações necessárias. Lück (2006, p. 64) ensina que “a aproximação entre tomada de decisão e ação não apenas garante a maior adequação das decisões e efetividade das ações correspondentes, como também é condição de formação de sujeitos de seu destino e maturidade social.”

Na verdade, quanto mais o gestor for conhecedor da demanda e assegurar-se do debate da mesma com a sua coletividade, estará em condições de uma tomada de decisão adequada, promovendo, ainda, a consolidação da formação do(s) agente(s) envolvido(s).

Contudo, tem-se a compreensão de que a autonomia não é um valor absoluto, mas se consolida a partir das relações sociais do ambiente em que está inserida a escola, possuindo, de acordo com Veiga (2003, p. 16), quatro dimensões básicas, que interagem entre si:



Fig. 3 - Dimensões básicas da autonomia

A **autonomia administrativa**, representada na administração da escola, destacando o estilo de gestão adotado. Nada mais é do que a possibilidade de gerir seus planos e projetos, onde ocorrem relações internas e externas com o sistema educativo e com a comunidade de interação. Representa a possibilidade da escolha de seus dirigentes mediante processo de consulta direta à comunidade, representando, ainda, um ambiente permanente de negociação entre os indivíduos envolvidos no processo.

A **autonomia jurídica**, por sua vez foca-se na elaboração de seus próprios regulamentos e diretrizes, mesmo estando vinculada a normas dos órgãos superiores. Contudo, deverá existir o cuidado para que não sejam criadas instâncias burocráticas pelos documentos normativos emitidos – estatuto, regimento, portarias, avisos – que dificultem a participação cultural, profissional e sociopolítica.

A **autonomia financeira**, que poderá ser total ou parcial. Será total quando é proporcionada à escola a incumbência de administrar todos os recursos a ela repassados pelo seu órgão financiador. Será parcial quando a escola tem a responsabilidade de administrar parte dos recursos, quando o órgão central responsável fica incumbido, por exemplo, da gestão de pessoas. No artigo 12 da LDBEN existe a previsão de que os estabelecimentos de ensino terão a responsabilidade de administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros. Porém, cada sistema de ensino efetivará ou não a autonomia. De qualquer forma, a autonomia financeira terá que possibilitar à escola a elaboração e execução de seu orçamento, bem como planejar e executar suas atividades, sem ter que recorrer a outras fontes de financiamento, aplicar e remanejar diferentes rubricas e dotações, considerando que existirá o acompanhamento e a fiscalização dos órgãos de controle, tanto interno, quanto externo. Entretanto, por ordem constitucional, é obrigação do poder público financiar as atividades educacionais por ele implementadas.

A **autonomia pedagógica** expressa a condição de liberdade de ensino e pesquisa, a partir do conjunto das suas relações, sendo uma condição necessária para o trabalho de elaborar, desenvolver e avaliar o Projeto Político-Pedagógico da escola, bem como é relevante para a gestão das atividades pedagógicas curriculares.

Para Gadotti (2002, p. 37), a consecução do projeto político-pedagógico escolar considera os seguintes elementos:

- a) envolvimento de todos: comunidades interna e externa;
- b) produção de consciência crítica dos envolvidos;
- c) autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto político-pedagógico;
- d) interação entre as esferas de governo.

Segundo Azevedo (2005), é necessário, a partir do projeto político pedagógico da escola, realizar a sua ligação com as práticas de gestão escolar que ocorrem. Defende que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento importante para a efetiva construção e instalação da democracia social. Significa dizer que a democracia não se limita à sua dimensão política, pois envolve a articulação direta desta com as práticas de participação social.

De certa maneira, o autor dá o entendimento de que a construção coletiva da democracia não é só um fator politizador, mas decorre da execução de atividades pela comunidade.

Toda ação a ser desenvolvida numa escola/organização requer, da gestão, conhecimento técnico, social e afetivo, inerente ao que se vai fazer, exigindo, portanto, que se saiba o que, como e quando fazer. Em outras palavras, é preciso ter competência para o atendimento das demandas que surgem num ambiente em constante mutação. Esse ambiente, em constante mudança, requer, além da competência, habilidades para a gestão. Katz e Khan (apud MELLO, 2006), ensinam que a habilidade nada mais é do que a capacidade de transformação do conhecimento em ação, buscando-se o desempenho projetado.

Para Chiavenato (2007), a missão da instituição é a razão de sua existência e os valores na cultura organizacional são as crenças e atitudes que ajudam a definir o comportamento da organização, porém suscetíveis a variações pela interrelação das pessoas.

Segundo Chiavenato (2001, p. 221), as organizações não trabalham na base da improvisação, pois tudo nelas deve ser planejado:

O planejamento representa a primeira função administrativa por ser exatamente aquela que serve de base para as demais funções. O planejamento é a função administrativa que determina antecipadamente quais são os objetivos que devem ser atingidos e como se deve fazer para alcançá-los.

Portanto, toda organização deverá providenciar a programação das ações que serão implementadas num determinado lapso temporal. Para isso, evidentemente socializará o debate com a sua comunidade, no sentido de buscar subsídios para a construção de propostas, consolidando-se um processo democrático, com a participação de todos. Todavia, dentro do planejamento no ambiente de interação, não se pode planejar ações para fatores supervenientes, o que leva a improvisar soluções no sentido adequar o que foi planejado.

No que diz respeito ao ambiente sistêmico, entende-se que uma organização quando constituída de várias partes (organizações ou unidades), terá que promover uma adaptação na sua cultura e gestão, fazendo-se necessária a promoção de atuação uniforme e democrática nos processos, garantindo-se, porém, diferenças peculiares que não conflitem com a regulamentação, permitindo que cada uma das partes atue de maneira sistêmica e interdependente entre as suas unidades, isto é, em rede.

Conforme Maximiano (2000, p. 109), o enfoque sistêmico na organização refere-se aos conjuntos complexos de elementos interdependentes que se influenciam mutuamente para produzir diferentes resultados, levando em conta dois outros sistemas – o técnico e o social:

Do sistema técnico, fazem parte os objetivos, os recursos, a tecnologia e os regulamentos. Do sistema social, fazem parte as manifestações do comportamento das pessoas e dos grupos, em particular os sentimentos. Todos os movimentos e ações num sistema afetam o outro. O comportamento e o desempenho de qualquer sistema sempre resultam da interação de todos seus componentes.

No que diz respeito à organização, é oportuno destacar a colocação de Motta e Vasconcelos (2009), que a definem como um sistema composto de subsistemas, ou seja, um conjunto que tem partes diferentes e que, entretanto, funciona de forma integrada. Quer dizer que a partir dos objetivos, dos regulamentos e de todos os recursos, deverá, no âmbito da instituição, ocorrer uma gestão interdependente, no sentido de que a organização, configurada em partes, atue de maneira integrada, ou seja, em rede.

Nesse sentido, cada unidade poderá adotar as ações necessárias para a execução de seus objetivos, desde que não tenham negativa da Reitoria, buscando o atendimento das necessidades da comunidade com a qual interage. Na implementação dessas ações, evidentemente deverá observar-se a normatização vigente, não podendo, de maneira alguma, desconsiderá-la, sob pena de trazer prejuízos não apenas à unidade, mas a todas as partes que integram o sistema instituto.

3.2. Arranjos Produtivos Locais

De modo geral, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) despertam destacado interesse no meio econômico-social, pois contribuem para a inovação e o desenvolvimento do ambiente produtivo, considerando as constantes mudanças que ocorrem no campo competitivo das organizações, sejam elas de qualquer natureza. É certo de que a chamada revolução tecnológica contribuiu para o acirramento do mundo competitivo através da automação e da máquina, que proporcionaram a modificação dos sistemas de produção, gerando profundas mudanças no conhecimento, forçando o homem a adaptar-se à modernização das práticas de produção e educação.

Essas adaptações às mudanças – a partir de um processo educacional - influenciam a economia baseada no conhecimento e passam a ser a base para o crescimento econômico, a

partir de uma interação com as pessoas, mediante o desenvolvimento de pesquisas e inovações, observando-se, inclusive, as políticas governamentais e determinadas necessidades que a sociedade requer.

Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2004, p. 162):

Arranjo produtivo local é uma concentração geográfica de empresas e instituições que se relacionam em um setor particular. Inclui em geral, fornecedores especializados, universidades, associações de classe, instituições não governamentais e outras organizações que provêm educação, informação, conhecimento e/ou técnico e entretenimento.

É fato que a interação entre organizações, inclusive de ensino e tecnológicas, propicia um ambiente com condições de gerar o desenvolvimento econômico e formar os arranjos produtivos locais a partir da inovação e da tecnologia. É chave para o sucesso das organizações a capacidade de geração de inovação, resultante da constante interdependência entre os envolvidos no processo, como produtores e consumidores de bens, serviços e tecnologia.

Ensinam Albagli e Brito (2002) que um Arranjo Produtivo Local é definido como a aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares, como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, em um mesmo espaço geográfico (um município, conjunto de municípios ou região).

Nesse contexto, releva-se a identidade cultural local e vínculos, mesmo que incipientes, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento.

Na Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), podemos identificar também que os sistemas produtivos e inovativos locais são os arranjos produtivos em que há interdependência, articulação e vínculos consistentes, os quais resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com o potencial de incrementar a capacidade inovativa endógena, a competitividade e o desenvolvimento local. Na mesma fonte, identifica-se que a formação de tais arranjos está, em geral, associada a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum.

Dessa forma, os APLs são mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores. A ação de políticas, tanto públicas como privadas, pode fomentar e estimular tais processos históricos, a longo prazo.

A caracterização dos APLs se baseia na dimensão territorial, na diversidade de atividades e os atores econômicos, políticos e sociais e conhecimento tácito. Na dimensão territorial, são representados em determinados recortes que orientam ações efetivas, como o espaço para o desenvolvimento de possíveis processos produtivos, inovativos e cooperativos – município, conjunto de municípios, microrregião.

Quanto à diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais, temos o envolvimento e a interação de empresas (produtoras de bens e serviços, entre outras) e suas formas de representação/associação, não somente delas, como das várias formas de organizações públicas e privadas voltadas para a formação, capacitação das pessoas, para a pesquisa e desenvolvimento. Para o conhecimento tácito se identificam os processos de geração, compartilhamento e socialização dos conhecimentos surgidos/alcançados entre os

vários atores. Conhecimentos não codificados, mas implícitos e incorporados entre os atores envolvidos no processo.

3.3. Os Arranjos Produtivos Locais na abrangência do Câmpus São Vicente do Sul

A área de abrangência do Câmpus de São Vicente do Sul compreende a Mesorregião do Centro Ocidental Rio-Grandense, especificamente as microrregiões de Santa Maria e de Santiago.

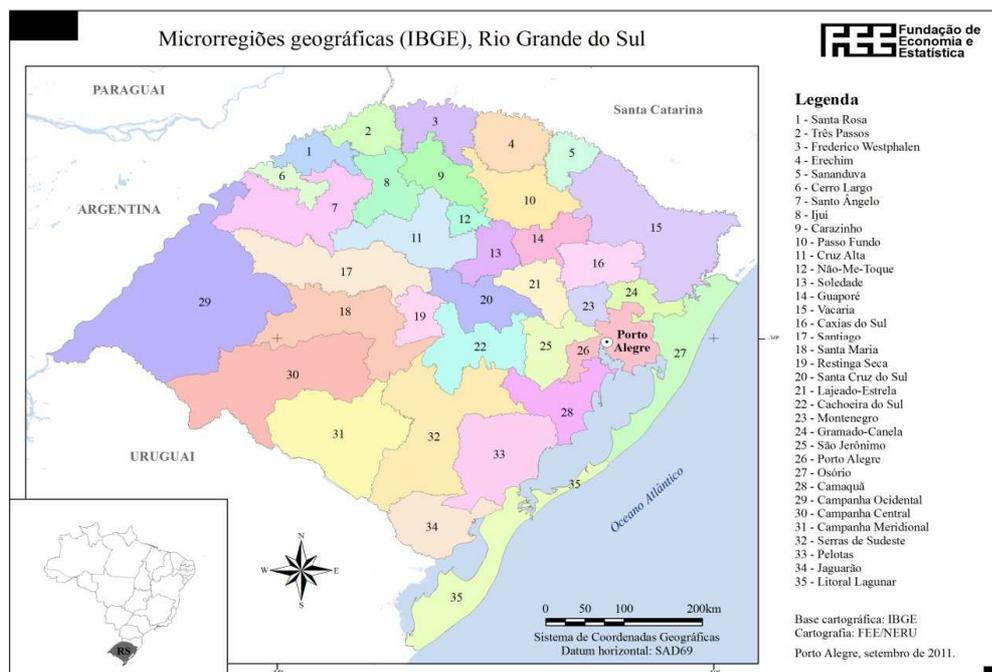


Fig. 4 - Microrregiões Geográficas RS

A microrregião de Santa Maria, de acordo com dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul apresenta uma população, em 2011, de 364.172 habitantes, com uma área de 11.736,3 km², estratificada em treze (13) municípios: Cacequi, Dilermando de Aguiar, Itaara, Jaguarí, Mata, Nova Esperança do Sul, Santa Maria, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Toropi e Vila Nova do Sul.

Na microrregião de Santa Maria, a partir de uma colonização com características alemãs e italianas, apresenta uma economia baseada na agricultura, comércio e pecuária. Quanto à produção de lavouras, conta com um solo benéfico à cultura do arroz irrigado, cujo cultivo concentra-se na Depressão Central (Vale do Jacuí) e nos Vales dos Rios Santa Maria e Ibicuí. Na indústria, tem relevância o beneficiamento de arroz. Destaca-se, também, o potencial para o desenvolvimento de atividades de turismo ecológico e rural, à medida que identificam-se sítios paleontológicos em três municípios: Mata, São Pedro do Sul e Santa Maria.

A microrregião de Santiago possui uma população, conforme dados de 2011, correspondente a 110.824 habitantes, com uma área total de 11.213,8 km², distribuídas em nove (09) municípios: Capão do Cipó, Itacurubi, Jari, Júlio de Castilhos, Pinhal Grande, Quevedos, Santiago, Tupanciretã e Unistalda.

A economia está representada pela agropecuária, comércio e prestação de serviços, tendo também, como forte contribuição econômica, a massa salarial dos trabalhadores

públicos das diversas esferas de governo. Destaca-se, como legado histórico, em função de disputas de limites territoriais, a expressiva presença de unidades militares na região.

Nesse contexto, o Câmpus de São Vicente do Sul, consideradas as microrregiões abordadas, interage com o ambiente do Conselho de Desenvolvimento Regional do Vale do Jaguari (COREDE Vale do Jaguari), que em 2011 de acordo com a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, apontou uma população total de 117.161 habitantes numa área de 11.268 km², com uma densidade demográfica de 10,4 hab/km². Essa região é composta por nove (09) municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

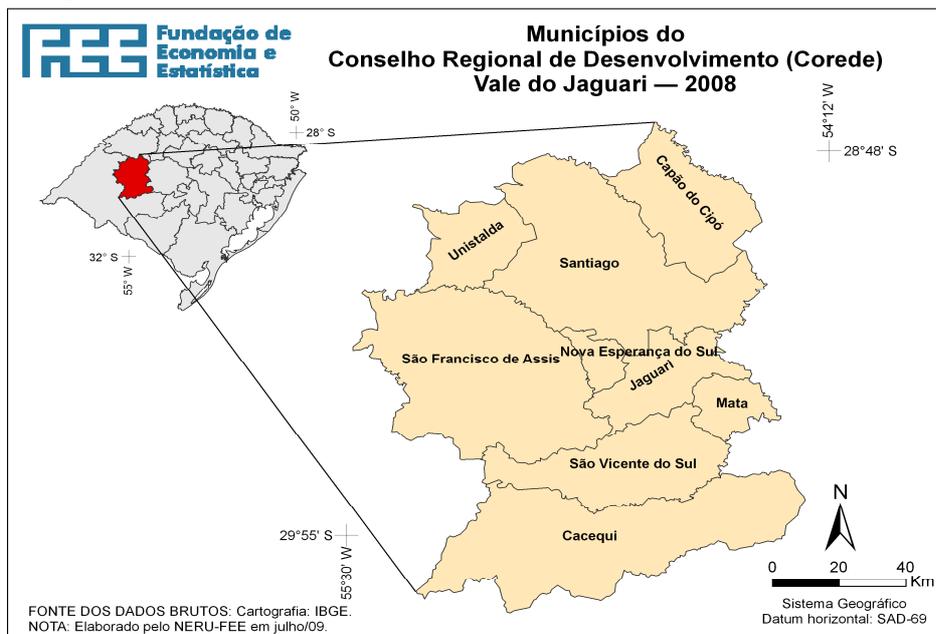


Fig. 6 - Mapa do COREDE Vale do Jaguari

Segundo, PERLIN (2011, p. 11) “Os municípios citados possuem características e expectativas comuns, considerados os aspectos sócio-econômicos, culturais e geográficos, em se tratando de desenvolvimento regional.”.

As características geográficas regionais, proporcionam o desenvolvimento de várias culturas, tais como:

- a) **Culturas Permanentes:** Banana, Caqui, Erva-Mate, Figo, Goiaba, Laranja, Limão, Maçã, Mamão, Manga, Marmelo, Pêra, Pêssego e Uva;
- b) **Culturas Temporárias:** Alho, Amendoim, Arroz, Aveia, Batata-Doce, Bata Inglesa, Cana de Açúcar, Cebola, Centeio, Feijão, Mandioca, Melancia, Melão, Milho, Soja, Sorgo, Tomate e Trigo.

Quanto à produção de animais, o ambiente apresenta e proporciona as seguintes criações: Bovinos, Bubalinos, Caprinos, Codornas, Coelhos, Equinos, Galináceos, Muare, Ovinos e Suínos.

Existe, ainda, um ambiente agroindustrial, mesmo que não muito expressivo, como por exemplo, na agregação de valor na produção de cana-de-açúcar, suínos e laticínios. Sobre isso, PERLIN (2011, p. 12), destacou:

Neste contexto, alguns investidores buscaram na atividade agroindustrial, não apenas a subsistência familiar, mas também um reconhecimento, em âmbito regional ou até mesmo estadual, pela qualidade dos produtos industrializados, sem perda da essência do produto colonial. Esta realidade colabora para que a indústria de transformação seja uma excelente opção de renda, delineada a

partir da produção de vinhos, cachaça, álcool e ainda produtos coloniais, como doces, queijos, embutidos e até mesmo artesanato

Na região de abrangência do Câmpus, existem cooperativas em vários setores da economia, como por exemplo, a agropecuária - que reúne produtores rurais – e de trabalho - que reúne prestadores de serviços – contribuindo, de forma significativa, para a composição dos arranjos produtivos locais.

Em sua dissertação, PERLIN (2011, p. 33), identifica a existência de tais organizações, conforme destaque, entre outras:

Os exemplos de parcerias (convênios) citados pelos informantes são:

- Empresas cadastradas para fins de oferta de estágio supervisionado na área de alimentos;
- Empresa de tecnologias de transformação de produtos agropecuários (cana-de-açúcar);
- Associações de produtores, com destaque para a APROVIJA (Associação dos Produtores de Vinhos de Jaguari), cooperativas e Secretaria de Agricultura do Município;
- SEBRAE, para sensibilização e organização de grupos de produtores para o incremento da atividade vitivinícola;
- Sindicato Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para conhecimento de interesses e demandas das comunidades rurais;
- EMATER, para ações voltadas ao atendimento a produtores rurais;
- Universidades da região, públicas e privadas, para a promoção de ações de qualificação profissional de trabalhadores;
- COREDE, parceria voltada para a realização de estudos de demandas regionais de qualificação de trabalhadores;
- SENAR, com o objetivo de realização de cursos de curta duração, voltados para a capacitação de produtores rurais e comunidade em geral, especificamente em práticas agropecuárias;

De maneira geral, o ambiente é difuso, mas apresenta várias possibilidades de interação e desenvolvimento, conforme temáticas exemplificadas em SILVA e VENDRUSCOLO (2012, p. 21):

O objeto de estudo neste trabalho foram experiências relacionadas à extensão rural e à agricultura familiar a partir das quais, depois de um amplo esforço de identificação, tipificação e análise, selecionou-se um conjunto de 27 experiências a serem sistematizadas. Essas experiências estão relacionadas a nove temáticas: Lazer e Entretenimento no Meio Rural; Construção dos Mercados; Agroindústria e Agregação de Valores; Agricultor Individual; Conversão Agroecológica; Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural; Associativismo e Cooperativismo; Educação no Campo; e Meio Ambiente e Educação Ambiental.

A obra de SILVA e VENDRUSCOLO é uma coletânea de experiências que ultrapassaram os muros do Câmpus São Vicente do Sul, como bem ilustrado no prefácio:

Experiências inovadoras percebem a riqueza desta "experiência inovadora" que está em nossas mãos. Sim, inovadora, pois uma instituição de ensino, no caso o IFFarroupilha de São Vicente do Sul, propõe ultrapassar os limites físicos das salas de aula, para propiciar aos envolvidos nessa construção uma visão de mundo real, onde evidencia aspectos que fazem parte do cotidiano das comunidades rurais, calcados em conhecimentos não oriundos obrigatoriamente dos bancos acadêmicos. Discutir e tirar do anonimato atividades que fortalecem a Extensão Rural com destaque para a Agricultura Familiar, engrandece nosso serviço e fortalece a importância de compartilhar o realizado em experiências exitosas. Aprender com o próprio trabalho talvez seja um dos grandes legados que esse trabalho comporta, e que permite referências para o processo de aprendizagem social.

Pode se compreender, portanto, um fortalecimento do papel do Câmpus São Vicente Sul como agente estimulador do processo de desenvolvimento, a partir da interação com os arranjos existentes.

4. METODOLOGIA

Para Barros e Lehfeld (1986), a metodologia consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, de forma a identificar suas limitações ou não, em nível de implicações de suas utilizações.

Define-se, de maneira geral, que a coleta de dados para a efetivação de uma determinada pesquisa pode ser através de fontes primárias e secundárias. Prodanov (2003) define que dados primários são aqueles extraídos da própria realidade do pesquisador e secundários aqueles que estão disponibilizados em bibliografia ou em documentos, que não foram produzidos especificamente para a pesquisa proposta.

Contudo, para o presente trabalho, considerando o contexto sócio-educacional e administrativo, todas as fontes serão fundamentais, sendo que os dados foram obtidos através da utilização de entrevista semiestruturada, aplicada diretamente aos atores envolvidos na gestão do Câmpus São Vicente do Sul. A pesquisa documental foi realizada através da análise dos planejamentos anuais, dos relatórios de gestão existentes, no último ano que antecedeu a criação do Instituto e após a criação do mesmo.

No que diz respeito à classificação do tipo de pesquisa utilizada, Vergara (2006) a qualifica sob dois aspectos distintos: quanto aos fins e quanto aos meios. O primeiro, diz respeito à pesquisa descritiva e o segundo à pesquisa bibliográfica.

4.1. Tipo de pesquisa

A pesquisa qualitativa instaura um processo de intenso relacionamento entre pesquisadores e pesquisados e esta questão vem sendo tratada no âmbito das discussões sobre o método e metodologia de pesquisa. Configura um caminho repleto de possibilidades abertas, tendo em vista as peculiaridades do tema analisado, a saber, a gestão educacional observada no âmbito do universo da pesquisa.

Considerando que um trabalho, ainda que de natureza teórica, não pode constituir-se apenas como um mero processo para encaixar conceitos, buscar-se-á, através da pesquisa qualitativa, aprofundar o conhecimento sobre a gestão do Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha/RS.

4.2. Universo da Pesquisa

Divide-se em dois momentos concomitantes e complementares. O universo da pesquisa terá como um dos eixos o estudo e análise da bibliografia inerente à gestão educacional, buscando analisar as concepções da gestão democrática e autônoma.

O universo a ser pesquisado, levará em consideração o que ensina Vergara (2006, p. 50):

Trata-se de definir toda a população e a população amostral. Entenda-se aqui por população não o número de habitantes de um local, como é largamente conhecido o termo, mas um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem as características que serão objeto de estudo. População amostral ou amostra é uma parte do universo (população) escolhida segundo alguns critérios de representatividade.

O universo da pesquisa, em outro momento, foi direcionado para os gestores do Câmpus São Vicente do Sul, interagindo com uma amostra percentual superior a 65% dos gestores envolvidos no processo da gestão na unidade, entre os segmentos da administração central, do planejamento, do ensino, da extensão e da pesquisa.

4.3. Coleta e Análise dos Dados

A execução da pesquisa ocorreu em duas frentes de trabalho acadêmico: a coleta e análise das pesquisas bibliográfica e dos documentos informativos da gestão e do planejamento, bem como das entrevistas que se efetivaram junto ao Câmpus São Vicente do Sul, no segundo semestre de 2012 e primeiro semestre de 2013.

De posse das informações obtidas pela análise documental e aplicação de entrevistas semiestruturadas, procedeu-se uma comparação da situação anterior e atual da unidade de ensino, identificando-se as condições de descentralização, democratização, autonomia e outras implicações dadas pela condição de subordinação, no sentido de construir uma visão atualizada sobre a gestão do Câmpus São Vicente do Sul diante das peculiaridades e arranjos locais.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. O Cenário Anterior – CEFET de São Vicente do Sul

A então instituição Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, para chegar a esta configuração, passou por um processo evolutivo, tendo como origem a Escola de Iniciação Agrícola General Vargas criada em 17 de novembro de 1954, por força de um Termo de Acordo firmado entre a União e o município denominado naquela ocasião de General Vargas. O referido documento teve a sua publicidade no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 1954, por força legal empregada pelo Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que dispôs da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, bem como do Decreto Federal nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947 (Anexo A).

No transcurso do que foi firmado, no ano de 1963, a escassez de recursos da Prefeitura Municipal gerou dificuldades na manutenção do ajuste, motivando que a Subsecretaria do Ensino Técnico do Estado do Rio Grande do Sul encampasse a referida escola à sua rede de Escolas Agrícolas.

Nesse novo contexto, ocorreu uma melhora nas condições de recursos para a manutenção e foram designados dois professores da área técnica para compor a força de trabalho, em conjunto com outros seis servidores que tinham vínculos com a esfera federal e que ali já laboravam.

Na execução das atividades do estabelecimento, a Direção Geral, conhecida naqueles tempos como “Executória”, proporcionou a chegada de um grupo advindo do interior do município de vinte e três (23) jovens do sexo masculino que vieram receber um curso preparatório, correspondente ao 5º período primário, voltado para o setor agropecuário. Nesse empreendimento, a Prefeitura Municipal, mesmo descompromissada formalmente com a manutenção da escola, concorreu para que as matérias de Formação Geral/Núcleo Comum ocorressem, mediante a cedência de uma professora primária que atendia, à noite, no Colégio São Vicente.

Com a edição do Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, ocorreu a transferência da Escola de Iniciação Agrícola General Vargas para a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com nova denominação: Colégio Agrícola de São Vicente. No ano de 1969, agora pelo Decreto nº 64.827, de 16 de julho de 1969, que alterou o Decreto nº 62.178/68, dispondo que a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), passaria a promover a orientação didático-pedagógica do Colégio Agrícola de São Vicente.

No ano de 1973, testemunhou-se a primeira turma de Técnicos Agrícolas preparados para desempenharem suas funções no mercado de trabalho. O referido curso, no ano de 1976, passou a denominar-se Curso Técnico em Agropecuária e, a partir de então, na forma subsequente ao ensino médio.



Fig. 6 - 1ª Turma de Formandos de Técnicos Agrícolas

Fonte: acervo de documentos históricos do Câmpus São Vicente do Sul

No ano de 1985, precisamente em 28 de fevereiro, mediante o Decreto nº 91.005, o então Colégio Agrícola de São Vicente passou a vincular-se diretamente à Coordenação Nacional de Ensino Agrícola (COAGRI), porém com nova denominação: Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul.

No ano de 1986, a COAGRI foi extinta, surgindo, em substituição, no âmbito do Ministério da Educação, a Secretaria de Ensino de 2º Grau (SESG), por força do Decreto nº 93.313, de 21 de novembro de 1986. A SESG, por sua vez, por força do Decreto nº 99.180, de 15 de março de 1990, foi igualmente substituída pela Secretaria Nacional de Ensino Médio e Técnico (SEMTEC), depois com a nova denominação até agora vigente – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), à qual ficaram subordinadas as escolas de ensino profissional.

Por força da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, ocorreu a transformação das Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias, conferindo-lhes a desejada autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar. No mesmo ano iniciou-se o Curso Técnico em Enfermagem, que duraria até o ano de 1995. Um ano antes, foi criado o Curso de Auxiliar de Enfermagem, motivado pela falta de infraestrutura mínima de saúde exigida para o Curso Técnico, terminando no ano de 1997. Ambos os cursos não foram reeditados, considerando as dificuldades de recursos exigíveis para a contemplação da infraestrutura necessária.

No ano de 1995 ocorreu a divisão do Curso Técnico em Agropecuária em três modalidades, com a nova denominação de Curso Técnico em Agropecuária com Aperfeiçoamento em Administração Rural; com Aperfeiçoamento em Agricultura e com Aperfeiçoamento em Zootecnia.

Em 1997 teve início a primeira turma do Curso Técnico em Informática, na modalidade subsequente ao ensino médio, cuja existência se identifica até o presente momento.

Por força da nova natureza jurídica, foi aprovado, no ano de 1998, pelo Decreto nº 2.548, o novo Regimento Geral das Escolas Agrotécnicas Federais, dispondo de que cada instituição elaborasse sua regulamentação própria. Em função do citado diploma legal, o Regulamento Interno da Instituição foi produzido, sendo submetido à apreciação das instâncias superiores, resultando na sua aprovação pela Portaria MEC nº 966, de 1º de setembro de 1998. No ambiente de ensino, neste mesmo ano, os Cursos Técnicos em Agropecuárias passaram a denominar-se Curso Técnico Agrícola, com Habilitação em Agricultura; com Habilitação em Zootecnia e com Habilitação em Agropecuária.

No mês de novembro do ano de 2002, através do Decreto Presidencial de 13 de novembro, cuja publicidade se deu no Diário Oficial da União de 14 subsequente, ficou implantado o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, mediante transformação e mudança de denominação da autarquia Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul. Além desse marco, novamente foi ofertado o Curso Técnico em Enfermagem, que acabaria no ano de 2003. No ano de 2003, por sua vez, foi criado o curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem.

No ano de 2006, o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, bem como as demais instituições congêneres, foi elevado à condição de Instituição de Ensino Superior, por força do Decreto nº 5.773, de 09 de Junho de 2006.

Dentro da proposta de ampliar a abrangência de atendimento às comunidades, no sentido de proporcionar o acesso à educação profissional e tecnológica para as pessoas de diferentes localidades, o então CEFET-SVS teve contemplado o pleito de assumir o Núcleo Agrícola do Chapadão, no município de Jaguari/RS, que pertencia à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O objetivo era de implantar um Núcleo de Estudos, Pesquisa Tecnológica e Treinamento, bem como ofertar cursos de nível técnico e tecnológico e de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (CFICT). Nesse período, foi implantado, ainda, o curso Técnico em Biocombustíveis – modalidade fora de sede - no município de Cachoeira do Sul/RS, em parceria com a Administração Municipal.

Considerando as demandas e as condições oportunizadas pelo ambiente de inserção, no ano de 2007 foram implantados mais cinco cursos: Técnico em Alimentos – Área Química; Técnico em Secretariado; Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Técnico em Informática, na modalidade concomitante e um curso na modalidade EJA – PROEJA Informática. A grade de cursos, até então, está representada no quadro a seguir.

Quadro 1. Cursos oferecidos pelo CEFET de São Vicente do Sul

CURSO	NÍVEL DE ENSINO	ÁREA
PROEJA Integrado ao Ensino Médio	Ensino Médio	Informática
Técnico Integrado ao Ensino Médio	Médio/Técnico	Técnico em Agropecuária
Técnico Subsequente ao Ensino Médio	Técnico	Técnico Agrícola – Habilitação Agricultura
		Técnico Agrícola – Habilitação em Zootecnia
		Técnico em Agroindústria
		Técnico em Informática
		Técnico em Secretariado
Superior	Licenciatura	Biologia
	Tecnologia	Gestão Pública
		Análise e Desenvolvimento de Sistemas
		Irrigação e Drenagem

Pós-Graduação	Especialização	Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)
		Formação Pedagógica para Docentes

Fonte: Relatório de Gestão - Ano 2008

Como força laboral, antes da transformação a instituição contava com um quadro de 115 servidores efetivos, sendo 72 técnico-administrativos e 43 docentes. Além disso, contava também com um quadro de 16 docentes substitutos.

Como apoio à gestão, a instituição mantinha os órgãos colegiados, contando com o Conselho Diretor e o Conselho Técnico-Profissional.

O Conselho Diretor era composto por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, com mandato de 04 (quatro) anos, com a seguinte composição:

I – Diretor Geral;

II – Diretor de Ensino;

III – Um representante do corpo docente;

IV – Um membro do corpo técnico-administrativo;

V – Um representante do corpo discente;

VI – Três representantes das federações, sendo um da Agricultura, um do Comércio e um da Indústria, do Estado do RS;

VII – Um técnico, egresso da Instituição, indicado por associação de classe correspondente, onde houver, ou por Assembléia de ex-alunos;

VIII – Um representante da SETEC/MEC.

Tinha o Conselho Diretor, órgão deliberativo, as seguintes competências:

I – aprovar as diretrizes para atuação do CEFET-SVS e zelar pela execução de sua política educacional;

II – definir o processo de escolha dos nomes para o provimento do cargo de Diretor Geral da Instituição;

III – apreciar o plano geral de ação, a proposta orçamentária anual e o orçamento plurianual de investimentos;

IV – deliberar sobre contribuições, emolumentos e prestação de serviços em geral, a serem cobrados pela Instituição;

V – apreciar as contas do exercício financeiro, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros, bem como o relatório anual de atividades;

VI – opinar sobre questões submetidas à sua apreciação.

Já o Conselho Técnico-Profissional, órgão consultivo para subsidiar nos assuntos concernentes à criação, atualização, extinção e organização didática dos cursos e programas de ensino, visando à permanente integração com a comunidade e o setor produtivo, era composto da seguinte forma:

I – Diretor Geral;

II – Diretor de Ensino;

III – o Gerente de Relações Empresariais;

IV – o Diretor de Administração e Planejamento;

V – 04 (quatro) representantes dos empresários do setor produtivo, das áreas de atuação da Instituição;

VI – 04 (quatro) representantes dos trabalhadores ligados ao setor produtivo das áreas de atuação da Instituição.

5.2. O Cenário Atual



Fig. 7 - Vista aérea do Câmpus São Vicente do Sul

Fonte: Acervo histórico do Câmpus São Vicente do Sul – RS

O então Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, como autarquia, sempre foi um ativo ator na execução das políticas da área de educação, bem como da expansão da Educação Profissional e Tecnológica. Sob o manto do Plano de Expansão da Educação Profissional, conhecida como Fase I, implantou na ocasião, a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Júlio de Castilhos. Por ocasião da Fase II do citado plano de expansão, implantou as Unidades de Ensino Descentralizadas de Panambi e Santa Rosa.

Além dessas unidades, implantou também a unidade de Jaguari, que ficou contemplada no mais recente momento da expansão - Fase III. Todos, atualmente, são câmpus do Instituto Federal Farroupilha, destacando-se que as ações de implantação estavam ocorrendo quando ocorreu a ruptura do modelo antigo para o novo modelo.

Portanto, na esteira da mudança no cenário da Educação Profissional e Tecnológica, o Centro Federal de São Vicente do Sul, a partir do advento da Lei nº 11.892/08, deixou de existir isoladamente para compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, passando a ser um câmpus do mesmo. Como unidade constituidora do instituto, com uma gestão interdependente determinada pela legislação, deve executar seus objetivos institucionais, adequando a sua estrutura organizacional a partir de um regimento maior, para fins de proporcionar a integração em rede sistêmica (várias unidades dentro de uma maior), tendo como referência central a Reitoria. O fato é que o “novo” muitas vezes promove alterações no ambiente, fazendo com que as estruturas se movimentem, se alterem e, em muitas ocasiões, eliminem espaços antes consolidados.

No ano de 2009 passou a ofertar o Curso Superior em Tecnologia da Gestão Pública e o Curso de Licenciatura em Biologia.

No ano de 2010 foi implantado o PROEJA, mediante a oferta do Curso Técnico em Vendas, bem como o Curso de Licenciatura em Química e duas especializações: Especialização em Políticas Públicas e Especialização em Ciências Agrárias.

No transcurso do tempo, o que antes era uma escola que tinha a finalidade de atendimento de jovens do interior do município de São Vicente do Sul e região, principalmente filhos de agricultores, já que ofertava cursos voltados para a área primária - Técnico Agrícola e Técnico em Agropecuária - atualmente tem maior presença no contexto regional, pois oferta cursos nos três níveis de ensino: Básico, Técnico e Tecnológico. Como antes, são contempladas ações que proporcionam melhores condições de acesso ao mundo do trabalho e o desenvolvimento do meio de interação, mediante a educação regular, a pesquisa e a extensão, a partir da oferta de cursos de qualificação, de requalificação, de aperfeiçoamento e de atualização.

Quadro 2. Cursos oferecidos pelo Câmpus São Vicente do Sul

CURSO	NÍVEL DE ENSINO	ÁREA
PROEJA-FIC	Fundamental	Panificação
PROEJA	Ensino Médio	Vendas
Técnico Integrado ao Ensino Médio	Médio/Técnico	Agropecuária
		Manutenção e Suporte de Informática
Técnico Concomitante ao Ensino Médio	Médio/Técnico	Informática
Técnico Subsequente ao Ensino Médio	Técnico	Zootecnia
		Alimentos
		Informática
		Secretariado
		Agricultura
Superior	Licenciatura	Biologia
		Química
	Tecnologia	Gestão Pública
		Análise e Desenvolvimento de Sistemas
		Irrigação e Drenagem
Pós-Graduação	Especialização	Ciências Agrárias/Produção vegetal
		Políticas Públicas e Desenvolvimento Local

Fonte: Relatório de Gestão – Ano 2012

Desde a criação do novo ente não existe, no Câmpus, colegiado equivalente ao Conselho Diretor ou Conselho Técnico-Profissional, sendo essa uma fragilidade institucional, à medida que ficam os gestores sem uma esfera de debate e deliberação sobre a atuação da unidade, frente às necessidades da comunidade de abrangência.

Com esse fim, no segundo semestre de 2012, foi institucionalmente determinada a formação de um Colegiado de Câmpus. Contudo, apesar da previsão de início de atuação prevista para o ano de 2013, esse colegiado ainda não se consolidou. Tal experiência é conhecida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS, conforme se verifica em sua página virtual oficial.

A atual configuração do Câmpus São Vicente do Sul, após a sua inserção no rol de unidades do Instituto Federal Farroupilha, demonstra que foi ampliada a força de trabalho para que fosse possível atingir os objetivos e finalidades determinados pela legislação vigente: 205 servidores, sendo 113 técnico-administrativos em educação e 92 docentes, além de 18

docentes substitutos, representando o significativo acréscimo percentual de 93,9% em relação ao ano de 2008.

5.3. Da Pesquisa e Análise das Informações

A investigação realizada pela pesquisa junto aos gestores que foram testemunhas do processo de surgimento dos Institutos Federais de Educação e da transição do CEFET de São Vicente do Sul para a configuração de Câmpus do Instituto Federal Farroupilha, permitiu a análise necessária para atendimento aos objetivos da pesquisa.

Para a análise, foram utilizados vários elementos: a análise do discurso dos gestores, coletada com base nas entrevistas realizadas, as referências bibliográficas, o histórico percorrido para o surgimento das referidas instituições, os marcos legais do processo, bem como documentos de gestão disponibilizados.

A princípio, o surgimento do Instituto Federal Farroupilha apontou vantagens. Dentre elas, destacaram-se: o aumento na oferta de vagas para o ensino técnico e tecnológico e a possibilidade de maior inserção social da instituição. Contudo, o estudo também descortinou alguns conflitos e necessidades que devem ser consideradas no processo de construção da nova configuração da instituição.

Para a coleta das informações junto aos gestores, foi elaborado questionário contendo doze (12) questões abertas, sendo que uma delas objetivou a caracterização geral dos entrevistados (Anexo B).

Realizada a interação e coletadas das informações, as mesmas receberam o tratamento de catalogação, denominando-as de “categorias de análise”, resultando em três categorias diferenciadas, conforme descrito a seguir, no sentido de registrar a manifestação, a opinião e o entendimento dos entrevistados.

Categoria I - Da Constituição IF Farroupilha

Questão 2 – No tocante à fusão do então CEFET São Vicente Sul ao IF Farroupilha, existe/existiram aspectos favoráveis/desfavoráveis? Quais?

Questão 3 – Em função da constituição do novo ente e a extinção jurídica do CEFET São Vicente Sul, ocorreu perda de autonomia/identidade?

Questão 9 – Os investimentos gerados pela reestruturação do Câmpus em função da Ifetização foram suficientes?

Categoria II – Da oferta de Cursos e dos APLs

Questão 5 – Considerando que o estabelecimento de ensino faz parte da comunidade e deve sempre interagir com a mesma, em relação aos APLs, quais foram/são as implicações para a atuação do Câmpus São Vicente do Sul?

Questão 6 – O novo modelo institucional proporciona o aumento na oferta de cursos nos diversos níveis de ensino. Quais os aspectos favoráveis ou desfavoráveis?

Questão 8 – Exponha sua opinião quanto ao atendimento de alunos/demanda? Qual a tendência do ambiente de inserção?

Categoria III – Da Gestão e das instâncias consultivas e deliberativas

Questão 4 – O novo modelo Institucional preconiza a autogestão, a gestão interdependente entre as diversas unidades, embora sempre vinculadas a uma diretriz central. Igualmente, preconiza a autonomia, que deverá ser consolidada a partir de mudança nas

interações entre os diversos agentes vinculados/relacionados ao Câmpus/Instituto – servidores, alunos e a comunidade em geral. Neste contexto, quais foram os impactos no Câmpus, nos diversos segmentos?

Questão 7 – Quanto ao aumento do quadro funcional, existem aspectos positivos ou negativos?

Questão 10 – Quanto às instâncias deliberativas, como eram no ente extinto e como estão atualmente a nível de Câmpus? Conselho Diretor, Conselho de Professores e Conselho de Alunos?

Questão 11 – Atualmente, no IF Farroupilha existem instâncias superiores como Conselho Diretor, Conselho Superior, CEPE. Exponha sua opinião quanto à atuação dos mesmos, se a composição é paritária/equitativa entre os câmpus, bem como outros aspectos que julgar conveniente, como por exemplo, criação de conselhos nos câmpus e criação de câmaras de apoio técnico.

Questão 12 – No que diz respeito à interação/comunicação institucional, como era no CEFET São Vicente Sul e como é a nível de Câmpus/IF Farroupilha?

O caminho das entrevistas foi percorrido com a contribuição de 65% dos gestores que presenciaram o processo administrativo-pedagógico do então CEFET São Vicente Sul e do atual Câmpus do Instituto Federal Farroupilha.

Da análise das entrevistas, resultaram os seguintes registros e observações:

Categoria I - Da Constituição do IF Farroupilha

No tocante à fusão do então CEFET São Vicente Sul ao IF Farroupilha, existe/existiram aspectos favoráveis/desfavoráveis? Quais?

Entrevistado nº 1 – “favorável à participação de uma rede maior de ensino técnico e tecnológico, que, hipoteticamente, pode ter mais democracia e força e contribuição ao ensino técnico do país.”

Entrevistado nº 2 – “Principal aspecto desfavorável: perdemos a nossa autonomia e se criou uma série de questões relacionadas à perda de autonomia. Construir e buscar soluções conjuntas cria animosidades. O outro problema é essa relação que tínhamos com o Câmpus Alegrete, que não era segredo, nunca se gostaram muito, nem São Vicente do Sul e Alegrete e vice-versa. Isto dificultou bastante porque são as duas maiores instituições...”

Entrevistado nº 3 – “Como aspectos favoráveis podemos citar o significativo aumento da oferta de vagas..., além do aumento da abrangência de atuação nos níveis de ensino...”

Entrevistado nº 5 – “Na verdade, a fusão ocorreu entre o então CEFET-SVS e a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, para fins específicos de criação do IF Farroupilha, agregando ainda, suas respectivas UNEDs. Para o CEFET-SVS, a equipe de gestão ativa na época optou por aderir à Chamada Pública mais por imposição legal do que propriamente por iniciativa, pois desde o início o processo já representava uma significativa perda de autonomia administrativa, embora essa fosse, teoricamente, garantida na forma da legislação pertinente.”

Entrevistado nº 6 – “ampliação de atuação, maior número de cursos e áreas (eixos tecnológicos), maior incentivo à pesquisa e a extensão com vistas ao desenvolvimento local/regional, maiores investimentos...”

Ao analisarem o processo de criação do IFFAR, os entrevistados declararam como um aspecto positivo o fato de o Câmpus participar de uma rede de ensino técnico e tecnológico, com maior força e poder de negociação, tendo em vista a ampliação de cursos, com incentivos à pesquisa e à extensão, bem como contribuindo com o desenvolvimento local e regional.

Corroborando as informações dos entrevistados, de acordo com os fundamentos de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os mesmos favorecem

a ampliação dos meios de acesso ao ensino, de maneira universal. No entanto, privilegiam de forma peculiar aquelas pessoas que se encontram em regiões mais remotas e menos favorecidas em oportunidades educacionais, que não podem interagir com os centros dotados com um maior número de estabelecimentos de ensino. O aumento da oferta da educação técnica e tecnológica traz a possibilidade de o aluno cursar os diferentes níveis de ensino, podendo ingressar no nível técnico, no superior e, mais, adiante, com a sua construção de vida escolar, lograr a pós-graduação.

Identificaram, também, pontos desfavoráveis à fusão da referida instituição. Destacaram-se, dentre eles: a forma de sua construção, o conflito com a co-irmã formadora, a dificuldade de entendimento da proposta dos Institutos Federais, a perda decisória em questões administrativas e pedagógicas, da autonomia e identidade do Câmpus, conforme se identificou no discurso dos entrevistados abaixo ilustrados:

Entrevistado nº 1 – “... desfavorável a forma como foi construído. Acho que uma proposta muito boa, muito clara, principalmente do governo federal, mas os câmpus... a nossa reitoria, particularmente, ela não tem concisão em relação a forma de trabalho para colocar e prática o pensamento, esse desenvolvimento do ensino técnico... e acaba colocando pessoas sem conhecimento disto, tentando fazer de nosso instituto, muitas vezes, uma mini universidade... Então este despreparo ou essa colocação dessas pessoas de forma errônea... por enquanto dentro do nosso instituto traz alguns problemas de desenvolvimento.”

Entrevistado nº 2 – “Principal aspecto desfavorável foi de perdermos a nossa autonomia e se criou uma série de questões relacionadas a essa perda. Ter que negociar este espaço de vivência coletiva com os demais câmpus, criar e buscar soluções conjuntas, cria animosidades. O outro problema é essa relação que tínhamos com o câmpus Alegrete, que não era segredo nunca se gostaram muito, nem São Vicente do sul, nem Alegrete. Isto dificultou bastante, porque são as duas maiores unidades.”

Entrevistado nº 3 – “de maneira negativa a perda da autonomia administrativa impacta diretamente na atuação do câmpus na sua região de abrangência. Mesmo, havendo uma política de gestão com discurso da observância às peculiaridades a cada localidade onde os câmpus estão inseridos, o distanciamento da Reitoria, órgão central do Instituto, representa que esse órgão desconhece a realidade econômica, social que gera a demanda de cursos de formação específica para a diminuição dessas necessidades, ocasionando discrepâncias na atuação individual de cada câmpus na sua atuação local”

Entrevistado nº 5 “...subordinação, e também a defrontar-se com situações que passaram a requerer aval superior para resolução. Com certeza, todo processo administrativo ou pedagógico, passou a depender de um trâmite bem mais prolongado, passando por várias instâncias antes de ser concluído.”

Entrevistado nº 6 – “... diminuição (pelo menos por enquanto) da autonomia administrativa e pedagógica, falta (pelo menos por enquanto) de regulamentações e procedimentos que deem conta da nova institucionalidade.”

A fusão ocorreu de forma abrupta, até por uma certa imposição legal e das circunstâncias, sem um sólido debate, apesar das audiências públicas realizadas. Ocorre que o promotor deste novo modelo deveria ter trabalhado e preparado o ambiente para os novos tempos, ter criado um mecanismo que permitisse a implantação integral das novas unidades, sem, contudo, alterar a estrutura daquelas que historicamente já existiam.

Parece claro que a proposta da criação do novo ente extinguiria as autarquias existentes – EAF de Alegrete e CEFET de São Vicente do Sul, que anteriormente concorriam entre si, mas que deveriam conviver juntas a partir da criação do IFFAR. A extinção, por si

só, levaria a uma subordinação, à perda de autonomia, um desconhecimento da realidade regional de inserção do Câmpus.

Por fim, há o entendimento de que os Institutos Federais não são iguais às Universidades, pois estas tratam da educação superior, da graduação e da pós-graduação, enquanto os Institutos tratam da formação básica, técnica e tecnológica, oferecendo cursos de qualificação, técnicos, de graduação e a pós-graduação. Então, não existe espaço para uma “mini-universidade”, pois, de acordo com o entendimento do Reitor do Instituto Federal do Acre, Roberto Minghelli, os Institutos Federais não são uma escola técnica e nem uma universidade, já que se caracterizam pela matriz da indissociabilidade entre os compromissos de ordem técnica, prática e a compreensão teórica. Quer dizer, com isso, que são, sim, o ponto de convergência dos estudos teóricos, políticos e tecnológicos com o claro objetivo de interpretar o mundo e transformá-lo. O processo de verticalização da instituição parece trazer dificuldades de atuação para os docentes.

Em função da constituição do novo ente e a extinção jurídica do CEFET São Vicente Sul, ocorreu perda de autonomia/identidade?

O sentimento de perda de autonomia e identidade permeia os posicionamentos dos entrevistados, apontando implicações neste contexto.

A Lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais, no parágrafo único do artigo 1º, contemplou os mesmos com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Todavia, em nível de Câmpus, isto não foi contemplado, pois todas as ações e decisões são tomadas a partir das diretrizes dadas pela Reitoria, após apreciação dos seus órgãos consultivos e deliberativos.

Este fato parece presente quando se observou, na pesquisa, que o Câmpus São Vicente do Sul está perdendo cargos de direção que foram conquistados ao longo de sua história de atuação e que são necessários para o desempenho de suas ações, em função do seu tamanho e estrutura. Em função do novo modelo e sob a justificativa de que devem ser distribuídos aos outros câmpus para igualar e proporcionar estrutura administrativa adequada aos mesmos, estão sendo retiradas do Câmpus de São Vicente do Sul as funções no quadro abaixo. Essa foi uma deliberação articulada no Colégio de Dirigentes, no qual a representatividade dos câmpus novos é maior.

Quadro 3. Funções Remanejadas do Câmpus São Vicente do Sul

Cargos de Direção (CD)	Quant.	Funções Gratificadas (FG)	Quant.
CD 3	01	FG 1	05
CD 4	05	FG 2	04
		FG 5	06
Total	06		15

A diminuição da estrutura administrativa, pela perda das funções, segundo a pesquisa, poderá trazer um cenário com reflexos negativos, tais como:

- a) desestruturação de setores que têm um histórico de funcionamento, como por exemplo, os de ensino-produção, da fazenda-escola, entre outros;
- b) dificuldade de repassar a responsabilidade dos setores atingidos, como também o respectivo patrimônio. Esse patrimônio, como máquinas e equipamentos para atividades do ensino, pesquisa e extensão, estão sob a carga dos servidores que respondem/coordenam setores;

- c) um inevitável e natural relaxamento dos servidores que exercem essas funções, que demandam um comprometimento extra para que as atividades sejam desenvolvidas;
- d) tendência de falta de servidores que queiram assumir atividades de gestão que geram desgastes funcionais, profissionais e pessoais, no sentido de administrar as atividades profissionais de colegas e/ou tomadas de decisões que tenham implicações legais, em função do remanejamento das responsabilidades para outros setores;
- e) início de uma caminhada para a desestruturação de uma história no ensino profissional, principalmente no segmento dos recursos naturais, cursos na agropecuária.

Quanto à identidade, percebe-se um conflito entre a cultura antes existente, em nível de CEFET, quando se tinham definidas as configurações de estrutura, organização e o entendimento mais claro das ações que deveriam ser realizadas. A partir do IFFAR, isso parece que mudou. A estrutura e a organização interna estão sendo alteradas e existem dificuldades de compreensão das ações administrativas e acadêmicas a serem realizadas.

Entrevistado nº 1 – “... trouxe perda de autonomia porque nós temos uma Reitoria que deve ditar a maioria das políticas institucionais,... sem deixar que as particularidades dos câmpus sejam devidamente conduzidas... a perda de identidade existe, nós antes éramos um CEFET, hoje somos um instituto... estamos começando a criar a nossa cara, as nossas características, a nossa participação na instituição que é multicampi...”

Entrevistado nº 2 – “... essa perda de autonomia... foi certamente a pior coisa, a perda de identidade. Hoje nós não nos determinamos, chegamos ao ponto de estarmos perdendo os cargos de direção... nem a nossa região nós podemos atender da forma como gostaríamos, não criamos mais os nossos projetos em sintonia com a comunidade... Certamente estamos vivenciando a reconstrução de uma identidade e também não se sabe no que vai dar... esta questão de o governo federal estar criando tanta coisa e colocando nas mãos do instituto é outro fator que interfere nessa criação de identidade. Hoje não sabemos mais o que vamos fazer, vamos fazer pesquisa, vamos fazer extensão, vamos fazer ensino, vamos fazer educação a distância, de jovens e adultos, não se sabe mais o que... A lei diz uma coisa, a realidade e a direção dada pela Reitoria é outra. Acho que irão alguns anos para sabermos o que somos.”

Entrevistado nº 3 – “... a perda automática da autonomia de cada ente, porém, o período de transição, em determinadas situações tornou-se traumático, pois, tínhamos uma instituição totalmente nova em plena fase de implantação, com perfil de atuação multicampi, com peculiaridades bem distintas de um câmpus e outro. Porém, o funcionamento das atividades do antigo CEFETSVS e EAFA não foram interrompidas... isso, fez com que se aplicasse mais de uma política de atuação num mesmo órgão.”

Entrevistado nº 4 - “Sim, pois o CEFET era uma autarquia com autonomia administrativo-financeira, ligado diretamente a SETEC-MEC... e hoje... os câmpus se reportam à administração central e esta faz a interlocução com a SETEC. Administração central, através da reitoria, centraliza as ações...”

Entrevistado nº 5 – “Sim, de certa forma, a autonomia foi perdida em função do formato do trabalho em rede... as dificuldades de comunicação e uniformidade, tendo sido criada a partir de 2 câmpus, e sendo criados novos, não aconteceu uma gestão que preparasse para essas mudanças. As unidades não aprenderam a trabalhar em rede... Os impactos são verificados principalmente no tempo de execução/desenvolvimento dos processos, submetidos a uma ou mais instâncias, antes de serem conclusos.”

Entrevistado nº 6 – “Sim (perda identidade), ... os principais impactos foram, a meu ver, causados pela falta de regulamentação/procedimentos para dar conta das novas atividades, principalmente em relação aos cursos superiores (avaliação/reconhecimento).”

Percebe-se que a mudança gerou uma série de alterações que terão que ser absorvidas, tratadas e buscadas soluções que permitam a construção de uma nova identidade, sem,

contudo, eliminar o passado, mas se apropriando da experiência anterior, adicionando-se o novo, para regulamentar de forma participativa os procedimentos necessários para “dar conta das novas atividades”.

Os investimentos gerados pela reestruturação do Câmpus em função da Ifetização foram suficientes?

No que diz respeito ao incremento de investimentos por ocasião da reestruturação do Câmpus no processo de criação dos Institutos Federais, os posicionamentos dos entrevistados trazem o consentimento de que foram ou são suficientes.

Entrevistado nº 1 – “Foram e acho que estão sendo suficientes. Cabe a nós dar a contrapartida que a sociedade espera, porque esse dinheiro vem do pagamento de impostos...”

Entrevistado nº 2 – “Creio que sim. Eu acho que a quantidade de recursos foi suficiente, mas o que precisa é uma otimização dessas utilizações...”

Entrevistado nº 3 – “Em parte, foram aplicados montantes de recursos significativos para a reestruturação e expansão da rede federal de ensino profissional e tecnológico, porém, nem todas as demandas estão atendidas...”

Entrevistado nº 4 – “Sim, o governo federal e o MEC estão dando aporte financeiro para os institutos, tanto para reestruturação como para a implantação. O que vejo, é que o projeto inicial referente ao número de câmpus foi extrapolado, por questões políticas..., o que tem aumentado o número de câmpus acima do previsto... Sabemos que muitos câmpus querem ser atendidos em todas as suas demandas num mesmo momento, mas isso se torna difícil em função do orçamento...”

Entrevistado nº 5 – “Por estamos ainda em fase de concretização dos investimentos iniciais e também na expectativa de investimentos complementares necessários, este processo deixa dúvidas quanto à sua efetividade.”

Entrevistado nº 6 – “Creio que até o momento sim.”

De maneira geral, os investimentos realizados no Câmpus foram suficientes e deram conta das necessidades apontadas. Destaca-se que, com o passar do tempo, novas demandas podem vir a surgir e, em consequência disso, novos aportes de recursos serão necessários, dentro de um processo contínuo.

II – Da oferta de Cursos e dos APLs

Considerando que o estabelecimento de ensino faz parte da comunidade e deve sempre interagir com a mesma, em relação aos APLs, quais foram/são as implicações para a atuação do Câmpus São Vicente do Sul?

Entrevistado nº 1 – “... o Câmpus São Vicente do Sul possui uma política de atuação nos APLs e isto já vem do antigo CEFET de São Vicente do Sul e ela foi muito bem conduzida pela criação da Diretoria de Extensão... Na inserção ao Instituto Federal Farroupilha, o Câmpus SVS continuou com esta política bem forte de atuarmos nos APLs. O que a gente não consegue enxergar é a Reitoria participando com a gente disso, porque a Reitoria, ela, não tem esse objetivo claro ou essa política clara de extensão para trabalhar nos APLs e respeitar as diferenças entre as regiões onde estão instalados os câmpus, porque nós temos propriamente APLs diferenciados.”

Entrevistado nº 2 – “... o nosso Câmpus, historicamente, não esteve vinculados aos APLs regionais. Nós fomos extremamente fechados nos muros em virtude de uma série de coisas..., em relação a não ter quadro de servidores, a não ser essa política do MEC, uma alta carga de horas-aula... aconteceu um certo distanciamento... depois do Instituto houve um avanço

em relação a buscar estes APLs para participar mais da vida da instituição, todavia... não conseguimos fazer isto de forma contínua.”

Entrevistado nº 3 – “Atualmente há interação com a comunidade externa de maneira mais intensa, por intermédio da Extensão... começou sua consolidação ainda enquanto CEFET, que contribui até agora como ferramenta de aproximação da comunidade externa com nossa Instituição... A interação com os APLs pode ser melhorada por ambientes de intermediação envolvendo os nossos alunos.”

Entrevistado nº 4 – “... a região onde está localizado o Câmpus é a central e a centro-oeste do RS, e onde exerce a sua influência pelos APLs. A região possui como atividade econômica principal a agropecuária, especialmente as culturas anuais (arroz irrigado, soja, milho e fumo) e a criação de gado corte e leite.”

Entrevistado nº 5 – “... a educação profissional, neste caso, já está intrinsecamente relacionada aos APLs regionais... situada no interior do estado do RS onde a vocação econômica predominante é a agropecuária, os cursos ofertados na área vêm ao encontro das demandas existentes. Já os cursos das áreas de informática e gestão são abrangentes não apenas em âmbito regional, mas muito além de qualquer fronteira geográfica que se possa definir.”

Entrevistado nº 6 – “... essa mediação acontece entre os câmpus e a comunidade... ainda de uma forma inicial que pode e deve evoluir muito, e também muito dependente da relação entre as pessoas e não tanto da relação entre as organizações.”

Os entrevistados, na maioria das informações, declararam que a interação com os APLs ocorre, mesmo que exista um distanciamento da Reitoria. Os cursos são favorecidos em função das peculiaridades econômicas regionais e, para aqueles que não se relacionam com estas, extrapolam as fronteiras da região. O relacionamento do Câmpus “pode e deve evoluir muito” “por ambientes de intermediação envolvendo nossos alunos”.

A interação com os APLs é importante, pois deve receber o conhecimento científico produzido, no sentido de gerar trabalho, renda e riqueza que provoque a independência do cidadão, mediante o desenvolvimento local e regional. A Lei nº 11.892/2008, ao criar o Instituto Federal, no seu artigo 6º, já condicionava a interação da nova instituição com os APLs, de onde se destaca: “ofertar educação profissional e tecnológica... com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”; “soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”; “da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais...”.

No que diz respeito à otimização do conhecimento científico, ele poderia ter reforçada a sua efetiva aplicação pelos alunos mediante laboratórios do tipo “cooperativa-escola”, como pode se verificar na *home page* do Câmpus Sertão e do Câmpus Bento Gonçalves do Instituto Federal do Rio Grande do Sul⁶.

Naqueles ambientes, pode se verificar a conjunção da sala de aula, do setor produtivo e das ações de cooperativismo para a execução de projetos de produção, a prática da gestão, sendo, enfim um componente pedagógico. O CEFET de São Vicente do Sul teve tal experiência. Além da cooperativa-escola, poderiam existir outros ambientes que estimulassem e favorecessem a interação com os APLs, como as incubadoras e as empresas júnior.

O novo modelo institucional proporciona o aumento na oferta de cursos nos diversos níveis de ensino. Quais os aspectos favoráveis ou desfavoráveis?

Entrevistado nº 1 – “... tu aumentando a oferta de cursos em diversos níveis de ensino, tu atinge diferentes interesses e isso é importante, porque a região

⁶ Disponível em: <<http://www.sertao.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=23&sub=56>> e <<http://www.bento.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=47>> Acessado em 06 de março de 2013.

requer diferentes interesses, só que a gente tem que identificar muito bem estes interesses... isso implica na gente ter um trabalho muito grande nos campi, nas comunidades para que a gente consiga diagnosticar... que às vezes não acontece e a gente acaba abrindo ou ofertando cursos em áreas de conhecimento com a vida muito curta dentro do câmpus.”

Entrevistado nº 2 – “... aspecto favorável é a questão de trabalhar e muito da inclusão social. Há um aumento de vagas que atinge diferentes públicos, de diferentes maneiras, de diferentes tipos de renda, mas principalmente os menos favorecidos; que traz cidadania, sentimento de autoestima, de estima, isto nós vimos na medida em que se aumenta a oferta de cursos nos níveis e também na diversidade de cursos dentro dos mesmos níveis.”

Entrevistado nº 3 – “o novo modelo impactou diretamente na oferta de cursos pela própria legislação que fortaleceu a implementação de cursos de tecnologia em nível de graduação e cursos de licenciaturas, bem como dá a prerrogativa de cursos de pós graduação.”

Entrevistado nº 5 – “... oferta de cursos a partir da criação dos institutos... exista também uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento dos mesmos, tanto física como humana.”

Entrevistado nº 6 – “... o aumento do número de cursos, trazendo novas oportunidades para a região de abrangência do campus,... desfavoráveis, as dificuldades na implementação, especialmente dos cursos superiores e licenciaturas no que se refere às adequações necessárias para o pleno funcionamento, tanto no aspecto pedagógico, quanto de infraestrutura (espaços didáticos, materiais)... considerar como dificuldade o fato de os Institutos estarem recebendo como estudantes, uma demanda reprimida formada por pessoas em idade defasada (comparando com as universidades)..., com formação básica deficiente, o que exige formação docente para garantir a aprovação e o sucesso desses estudantes (o que nem sempre encontramos nos profissionais recém-saídos das universidades que têm alcançado os Institutos).”

Entrevistado nº 8 – “... favorável, temos a possibilidade de verticalização do ensino... Isto favorece a construção de linhas de pesquisa e extensão com tempo mais longo de execução... negativa é a tentação de diversificar de maneira desordenada nas áreas/eixos e não construir uma identidade do Câmpus... estamos na “periferia da periferia do mundo tecnológico” e não podemos ser bons em todas as áreas. A identificação de uma linha estratégica, associada aos APLs é fundamental... nos últimos anos foi uma competição entre os câmpus na abertura de novos cursos...”

Os entrevistados apontaram vários aspectos favoráveis à expansão, tais como: a oferta de diversas modalidades de cursos, proporcionando a inclusão social e buscando atender a diversos interesses/públicos, a verticalização do ensino, embora esta tenha que ser melhor trabalhada e superadas possíveis dificuldades de entendimento, a implementação de cursos superiores: tecnólogos, bacharelados e licenciaturas.

Entretanto, os informantes apontam, por outro lado, aspectos que podem ser desfavoráveis ao processo de criação do IF, tais como: a abertura de cursos com vida muito curta dentro do Câmpus, a necessidade de adequações pedagógicas e de infraestrutura para os cursos superiores e uma demanda reprimida de pessoas com idade avançada, quando comparado com as universidades, com formação básica deficiente e competição entre os câmpus para abertura de novos cursos.

De qualquer forma, a oferta de cursos e a inclusão de pessoas são fatores de relevância num contexto social, à medida que se propicia condições para as pessoas acessarem o ensino. Dentre essas, aquelas menos favorecidas e discriminadas, que sempre ficaram à margem dos processos. Portanto, é um resgate histórico que pode criar condições para a obtenção da cidadania e da autoestima. O fato de terem uma idade avançada ou com carências na sua formação, não pode ser fator desestimulante. Ao contrário, a instituição terá que promover os ajustes necessários para fazer frente a tal demanda. A competição, antes focada em poucas

instituições, agora é entre instituições e câmpus da mesma instituição. Isso quer dizer um aumento concorrencial extremamente acirrado.

Nesse contexto, há que se definir uma estratégia de ação no sentido de fortalecer a identidade de cada câmpus, para que exista uma referência de seu trabalho. Nesse caso, principalmente pela proximidade entre eles, é importante diversificar o ponto forte de cada um, evitando-se sobreposições.

Exponha sua opinião quanto ao atendimento de alunos/demanda? Qual a tendência do ambiente de inserção?

Entrevistado nº 1 – “... nosso Instituto abrange uma área muito grande no estado do RS... o Câmpus São Vicente do Sul está dentro de uma área em que a densidade populacional é baixa e nós, se não temos problemas hoje, vamos ter num futuro bem próximo... Talvez os câmpus situados em regiões como as de Santa Rosa e São Borja não tenham esse problema, mas o Câmpus São Vicente do Sul e o Câmpus Alegrete é claro... e que a oferta de cursos tem que ser cada vez mais ajustada a essa densidade populacional e que um curso pode ser um grande problema...”

Entrevistado nº 2 – “Tem que ter um ponto forte. Acho que com este aumento da diversidade de cursos, ela não permitiu que nos firmássemos em alguma coisa. E isto vai, está promovendo a falta de alunos para os nossos cursos. Chegará um ponto onde, pela própria oferta de cursos pela União, nós estaremos sofrendo em atingir as metas ... um número de alunos necessário.”

Entrevistado nº 5 – “... determinadas habilitações vêm tendo uma continuidade arrastada, ou seja, a procura é baixa demais e as turmas são formadas, na maioria das vezes, apenas por reopção de curso, por aqueles que não lograram aprovação na área pretendida. Essa é outra questão que vem merecendo uma atenção especial da gestão educacional do Câmpus, no sentido de adotar procedimentos de valorização das habilitações ou de alteração dos PPCs, de forma a tornar os cursos mais atrativos, tanto para os alunos como para o mercado.”

Entrevistado nº 6 – “... tem que dar conta, inicialmente, de uma demanda reprimida, que numa região como a de inserção do Câmpus SVS (relativamente próximo a várias outras Universidades), representa um público que busca cursos que não teriam viabilidade a médio e longo prazo... Porém, atendida essa demanda, no médio prazo, será possível ter os eixos tecnológicos organizados, onde o estudante ingressa nos cursos integrados e avança para um curso superior (tecnológico, bacharelado ou engenharia) alinhado aos APLs locais/regionais, podendo seguir no mesmo eixo, para uma pós-graduação.”

Entrevistado nº 8 – “A área rural estatisticamente vem decrescendo e isso tem reflexos também na procura dos cursos do eixo de recursos naturais. A inserção de novos câmpus também acaba dividindo o público jovem que é o mesmo, tem a tendência de diminuir e dividir, como é o caso de Jaguari, que entra com outro câmpus. No entanto, a abertura e a potencialização de novos cursos na área urbana, como administração e processos e controles industriais, como eletromecânica, mecânica e eletrônica, podem acender a possibilidade de mudança de matriz produtiva, qualificando uma mão de obra diferenciada, atraindo investimentos para a região.”

Os entrevistados expressaram o sentimento da diminuição do potencial de alunos no futuro, considerando a concorrência existente, o decréscimo da área rural, a baixa densidade populacional na região de inserção do Câmpus, o baixo interesse dos alunos por determinadas habilitações que vêm tendo turmas formadas praticamente apenas por reopção e uma diversidade de cursos que impedem que se firme em alguma coisa, fatores que dificultam a existência de um referencial no tocante aos cursos tradicionais da instituição.

Como já foi mencionada, a concorrência existe de maneira direta na região, seja por instituições superiores públicas ou privadas, pelo ensino a distância, pelos outros Institutos Federais, por estabelecimento privados de ensino técnico, como também pelos demais câmpus do Instituto Federal Farroupilha. Ocorre que, no passado, o atual Câmpus de São Vicente do Sul recebia alunos, por exemplo, das regiões de Júlio de Castilhos, Santa Rosa, São Borja e Panambi. Porém, isso não mais acontece como antes, pois nessas regiões existem os respectivos câmpus.

No que diz respeito a cursos que estão tendo baixa atratividade, deverá ser promovido diagnóstico no sentido de buscar as razões e tratá-las de acordo com o que requeira a situação. Apesar da gama de ofertas de cursos, há que se construir referência para alguma coisa, gerando atratividade, mesmo para uma situação de baixa densidade populacional.

III – Da Gestão e das instâncias consultivas e deliberativas

O novo modelo Institucional preconiza a autogestão, a gestão interdependente entre as diversas unidades, embora sempre vinculadas a uma diretriz central. Igualmente, preconiza a autonomia, que deverá ser consolidada a partir de mudança nas interações entre os diversos agentes vinculados/relacionados ao Câmpus/Instituto – servidores, alunos e comunidade em geral. Nesse contexto, quais foram os impactos no Câmpus, nos diversos segmentos?

Entrevistado nº 1 – “... temos um modelo institucional que não padroniza a autogestão dos câmpus. Eles têm uma metodologia de trabalho que não tem, assim, um objetivo claro e, no entanto, não deixa os câmpus terem objetivos claros... a gestão acaba ficando, às vezes, com umas tomadas de decisões tentando homogeneizar as coisas. Na realidade, nós não temos que homogeneizar nada... temos é que tentar trabalhar um objetivo comum, mas trabalhar as diferenças existentes em cada campi, em cada região... a gente acaba tendo alunos que não se sentem parte de um Instituto e sim, apenas de um campus, professores e técnico-administrativos que não se sentem parte do Instituto, se sentem parte apenas de um câmpus.”

Entrevistado nº 2 – “... Se perdeu o amor pelo câmpus. Se perdeu um pouco disso no caso dos câmpus antigos que já tinham autonomia... percebo um comportamento das unidades (câmpus) que me preocupa. A primeira é esperar tudo pela Reitoria, já que ela é que descentraliza recursos, de certa maneira um desestímulo a uma gestão empreendedora. De outro lado, vejo um despreparo imenso para a gestão, tanto dos câmpus, como da própria Reitoria. As coisas são feitas no vazio da esperança que dê certo, e embasado no achismo de nossas experiências. Acho que se investe muito pouco em metas, resultados, médio, longo prazo. Uma organização educacional precisa ter em uma das mãos a lei que o criou, em outra um plano de como fazer para atingir tudo o que aquela lei prevê.”

Entrevistado nº 3 – “Cada câmpus tem garantida em lei a sua autonomia administrativa e pedagógica, porém com bases na política central da Reitoria. Assim, dificuldades foram encontradas na gestão de recursos mais especificamente, como por exemplo, a determinação de prioridades de investimentos no próprio Instituto... a determinação de metodologia da política de gestão foi marcada por uma série de conflitos que retardaram em alguns aspectos o desenvolvimento de ações de expansão em alguns câmpus...”

Entrevistado nº 4 – “... ainda não se tem uma autogestão na essência de sua definição. Há uma tendência de centralização das ações, como por exemplo, na gestão de pessoas, onde poderia ser descentralizada a alimentação de dados que compõem a folha de pagamento, entre outros, e estes lançamentos serem supervisionados pela administração central. Perdeu-se o elo e agilidade das ações, a burocracia ainda é grande, tornando a máquina administrativa lenta e ineficaz. Há que se considerar que a administração

central carece de estrutura de trabalho, tanto física como de pessoal, mas que muitas ações podem ser realizadas nos câmpus, sem prejuízos à administração.”

Entrevistado nº 5 – “... as instâncias de representação local, da forma com que são definidas legalmente, não são garantidas nos segmentos decisórios superiores do Instituto. Apesar de haver debates para a construção do planejamento estratégico, por exemplo, a gestão do Instituto deixa a desejar quanto à verdadeira coletividade na construção do seu plano de desenvolvimento institucional... a criação dos IFs não teve uma preparação prévia das unidades que comporiam os novos entes e isso fez com que grande parte das normas estabelecidas fossem meramente espelhadas em instituições similares quanto à composição e isso, por si só, gerou muitas lacunas nos processos administrativos e pedagógicos.”

Entrevistado nº 6 – “... de uma maneira geral, isso não está bem compreendido (e por isso, não está sendo institucionalizado). Creio que ainda não estão claros os limites que deveriam ser construídos na coletividade.”

Os pontos relevantes das informações dão conta de que a autogestão e a gestão interdependente não estão presentes e que esta pode ser entendida como várias organizações dentro de uma, mas que devem, no entanto, conviver de maneira integrada pelos princípios institucionais construídos no coletivo. Ao contrário, dão conta de uma centralização administrativa a partir da Reitoria que tende a homogeneizar as ações. Retratam, ainda, que as instâncias representativas locais não estão representadas nas instâncias superiores. Parece que faltou “preparação prévia das unidades que comporiam os novos entes”, provocando reprodução de normatização existente em outras instituições similares quanto à composição, gerando falhas no desenvolvimento do processo pedagógico-administrativo.

No novo cenário da educação profissional, os Institutos Federais surgiram enfrentando resistências e desconfianças. Na verdade as instituições que até então faziam parte da rede da educação profissional, ou eram CEFETs, que visavam à transformação para universidade tecnológica, ou eram EAFs, que pretendiam a transformação para CEFETs. O governo, além de propor nova roupagem para a rede, também estancou esses movimentos, trazendo a figura dos Institutos Federais.

Dos prós e contras, resultou que houve aceitação até mesmo por uma “coerção” maquiada de que aquelas que não aderissem poderiam ficar à margem dos processos e programas que fossem lançados. Foi garantida a autonomia dos novos entes, porém, em relação ao Câmpus, a gestão ficou limitada nesse início de caminhada, pois o entendimento generalizado é de que a Reitoria centraliza a administração. Realmente, não se deve “homogeneizar” tudo, mas sim definir algum regramento para basilar as ações, no sentido de evitar que cada câmpus faça da maneira que entender. Por exemplo, o Instituto Federal Farroupilha, incluindo, evidentemente, os seus câmpus, tem que observar a legislação quanto à aplicação orçamentária, financeira, contábil e patrimonial. Não pode nenhuma unidade se desviar dos marcos regulatórios, aleatoriamente, de forma unilateral. Outro exemplo, um câmpus não pode lançar edital para ingresso de alunos sem o acompanhamento dos responsáveis pela área de ensino no âmbito do instituto. Então, a estrutura multicampi terá que se integrar de maneira sistêmica com uma gestão interdependente.

Quanto ao aumento do quadro funcional, existem aspectos positivos ou negativos?

Entrevistado nº 1 – “... positivos, são pessoas, profissionais que vêm dar conta de uma demanda existente por curso... só que muitas vezes alguns cursos são criados, ou muitas vezes esses profissionais são contratados sem uma vida útil muito grande.”

Entrevistado nº 2 – “... aumenta a possibilidade de a instituição oferecer uma série de coisas. Isto nós não podemos desconsiderar que existe essa

melhora relativa... em relação aos aspectos negativos... aumenta conflito, aumenta, se nós não temos um quadro de gestão que consegue liderar todo esse grupo, cria uma série de falta de identificação com a identidade organizacional, má distribuição de tarefas...”

Entrevistado nº 3 – “Sim, o aumento do quadro funcional proporcionou condições de um melhoramento na força de trabalho para aumento da oferta de vagas, bem como a diversificação de servidores em áreas específicas, necessárias para a abertura de novos cursos. O aspecto negativo pode identificar aumento no conflito das relações, na divisão de atividades e, em alguns momentos, a dificuldade de adaptação ao cargo do EBTT, no caso dos docentes.”

Existe um consenso de que o aumento do quadro funcional é um fator positivo, pois proporciona condições de atendimento de demandas existentes. Por outro lado, os entrevistados registraram que aumentam também os conflitos, os problemas na divisão de atividades e dificuldades de adaptação ao cargo dos professores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Então, o ingresso de colaboradores é um aspecto positivo, pois aumenta a força de trabalho. Os conflitos que possam resultar desse acréscimo de pessoal terão que ser atendidos pela gestão, que deverá liderar a mediação do problema.

Quanto ao aspecto de adaptação dos professores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, é uma questão de tempo, pois ingressaram para colaborar no desenvolvimento dos vários níveis de educação existentes, desde que enquadrados na sua área de atuação/contratação. Não pode ser esquecido o artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais, e que determina, por exemplo, que 50% das vagas devem ser direcionadas para o ensino técnico de nível médio.

Quanto às instâncias deliberativas, como eram no ente extinto e como estão atualmente a nível de Câmpus? Conselho Diretor, Conselho de Professores e Conselho de Alunos?

Entrevistado nº 1 – “... isso, hoje, é muito pouco desenvolvido nos câmpus e com conselhos sendo envolvidos dentro da Reitoria, com tendências a serem, vamos dizer assim, controlados pelos câmpus menores. Por quê? Porque isto vai pro voto e entre os votos nós temos maior número de câmpus novos em relação aos câmpus mais antigos.

Entrevistado nº 2 – “... hoje é uma praça de guerra, onde os câmpus menores têm maior número, eles tem o poder absoluto. As decisões são costuradas ao nível de CODIR e CONSUP, mas nem sempre vêm para o debate junto aos alunos e professores, que precisariam ser melhor ouvidos... a democracia e a representação de todos os segmentos que fazem parte da comunidade escolar, mereciam serem reforçadas.”

Entrevistado nº 3 – “... o Conselho Diretor do CEFET era constituído por membros que conheciam a realidade do Câmpus e as decisões eram mais ágeis. Atualmente, a nível de Câmpus, os Conselhos de Professores e Alunos funcionam de maneira a contribuírem com a gestão, de forma democrática/participativa. A nível de Instituto há Conselho de Diretores de câmpus em carácter consultivo e conselho superior de carácter deliberativo... O câmpus carece da constituição de conselho em carácter consultivo para discussões e apoio.”

Entrevistado nº 4 – “... Conselho Diretor não mais existe, sendo este substituído pelo Conselho Superior, a nível de administração central e não mais a nível de Câmpus. É notório que a comunidade regional perde poder de decisão em carácter local. Os conselhos de professores e alunos no Câmpus de São Vicente do Sul são ativos e colaboradores do processo de gestão educacional, permitindo a gestão compartilhada e participativa, sendo uma ferramenta de fundamental importância no processo decisório.”

Entrevistado nº 5 – “... o Câmpus tem subordinação ao ente superior e isso, com certeza, faz com que os processos administrativos ou pedagógicos dependam do aval do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes. São várias as instâncias por que passam os processos antes de serem concluídos. Apenas nas instâncias menores (Conselho de Alunos e Conselho de Professores) são tomadas decisões *in loco* e, ainda assim, sempre obedientes aos parâmetros estabelecidos pelos segmentos superiores e esses, por sua vez, por estarem distantes da realidade da instituição de ensino, nem sempre mantêm a flexibilidade exigida para cada caso.”

Entrevistado nº 6 – “Creio haver esforços para essa organização, porém os Cefets eram providos de maior autonomia e agilidade nas decisões, pela maior facilidade de compor essas instâncias.”

Entrevistado nº 7 – “... percebo é que as decisões quase todas são tomadas com um nível incipiente de dados confiáveis. Tanto os novos cursos que são criados, quanto à expansão em nível de câmpus. Vejo que a alternativa de criação de um conselho estratégico de informação, com pessoal técnico que auxiliará e deverá conduzir e orientar o crescimento e o desenvolvimento institucional. As decisões precisam deixar o campo político e ser pensada no todo, como a cabeça e pensamento em rede, essa é a principal dificuldade hoje, não existe esse entendimento.”

Entrevistado nº 8 – “... CEPE, parece que a composição é suficiente e apropriada... quanto ao Conselho Superior, existe uma distorção. A paridade, como praticada hoje, em vez de ajudar as minorias, sufoca os câmpus antigos, que têm mais peso em número de alunos e servidores...”

As informações oriundas dos entrevistados apontam que o Conselho Diretor do CEFET de São Vicente do Sul contava com conselheiros que conheciam a realidade, as decisões eram mais céleres, que os conselhos de professores e de alunos funcionam de maneira contributiva à gestão, que existe uma carência de um conselho de apoio a nível de câmpus, que existe conflito e que as decisões são articuladas entre o CODIR e CONSUP, com carência de debate com os segmentos, e que a composição do Conselho Superior está distorcida.

Num primeiro momento, deve ficar entendido que, como Conselho de instância superior deliberativa, existia o Conselho Diretor, que tinha uma constituição definida em regulamento – Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978⁷, alterada pela Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994 – dispondo que a administração superior teria como órgão executivo a Diretoria-Geral e como órgão consultivo e deliberativo o já citado Conselho. Definia a sua composição, sendo que a nomeação seria pelo Ministro da Educação. Então, antes do Instituto Federal Farroupilha e pelas informações das entrevistas e ainda em função da composição do Conselho Diretor, bem como pelo tempo de sua existência e pelo conhecimento da realidade local que os conselheiros tinham, era possível que as deliberações ocorressem de maneira mais rápida.

Atualmente, não existe conselho similar atuando no Câmpus, o que poderia auxiliar nas tomadas de decisão. Contudo, tal situação está sendo tratada pela administração do Instituto Federal Farroupilha, à medida que implantará o Colegiado de Câmpus, a exemplo do que ocorre no âmbito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, com a denominação de “Conselho de Câmpus”.

⁷ "Art. 3º A administração superior de cada Centro terá como órgão executivo a Diretoria-Geral e como órgão deliberativo e consultivo o Conselho Diretor, sendo este composto de dez membros e respectivos suplentes, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto, sendo um representante do Ministério da Educação e do Desporto, um representante de cada uma das Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, do respectivo Estado, cinco representantes da Instituição, incluindo um representante discente, e um representante dos ex-alunos, todos indicados na forma regimental, vedada a nomeação de servidores da Instituição com representantes das Federações e do Ministério da Educação e do Desporto".

A constituição do Colégio de Dirigentes é paritária, garantindo-se espaço para todos os câmpus serem representados pelo seu Diretor Geral. Contudo, esta paridade por si só não espelha que a coletividade tem acesso e/ou debate os assuntos, se os mesmos não forem levados para os respectivos segmentos conhecerem e se posicionarem.

No Conselho Superior, por sua vez, a paridade não ocorre, considerando que nem todos os câmpus têm garantida a sua representação por segmento, provocando, portanto, um desequilíbrio nas forças que o constituem, mesmo considerando o que dispõe o artigo 9 da Lei nº 11.892⁸. Isso não retrata uma equidade democrática entre as partes, pois pode provocar articulações parciais na condução do processo de discussão das demandas.

Portanto, para legitimar a democracia, a igualdade, a equidade entre as forças na construção das soluções, deveria a composição do Conselho Superior ser paritária entre todos os câmpus. Se existir regulamentação diversa, tem o Conselho Superior a competência para os ajustes necessários para a construção da paridade de sua composição. O posicionamento de que isso vai gerar um “conselhão” ou, ainda, que vai provocar gastos e que as reuniões seriam longas, não pode prosperar. Na verdade, o tamanho do conselho, o tempo necessário de funcionamento das reuniões e os recursos investidos seriam para garantir o legítimo processo de discussão das demandas que devem ser enfrentadas e atendidas pela administração.

Atualmente, no IF Farroupilha existem instâncias superiores como Conselho Diretor, Conselho Superior, CEPE. Exponha sua opinião quanto à atuação dos mesmos, se a composição é paritária/equitativa entre os câmpus, bem como outros aspectos que julgar conveniente, como por exemplo, criação de conselhos nos câmpus e criação de câmaras de apoio técnico.

Entrevistado nº 2 – “Eu acho que é esta a grande questão: mecanismos democráticos têm que ser instituídos no nosso Instituto. Certamente não há comunicação entre esses conselhos. Me parece que são coisas isoladas e não conhecem nossa realidade dentro do Câmpus... a grande maioria dos conselheiros membros do conselho superior não conhecem todos os câmpus, tampouco a realidade regional referente à região de abrangência do Câmpus. Diria mais, não acredito que conheçam em profundidade sequer a lei e o que quer dizer os IFs. E essas discussões não chegam no terreno dos alunos, dos técnico-administrativos, dos professores e daqueles que não ocupam cargo nenhum e estão lá no Câmpus... acredito que esse elemento de apoio técnico através de câmara técnica seja fundamental. Quem melhor conhece as condições de ensino são os professores..., quem melhor conhece a área de extensão, ... que fazem a extensão, a pesquisa da mesma forma e assim por diante, quem conhece melhor a alimentação do nosso refeitório são os nossos alunos que lá se alimentam e, hoje, nós não temos, pelo contrário, temos um modelo de administração patriarcal onde um manda e os outros obedecem.”

Entrevistado nº 3 – “... o Conselho de Diretores de câmpus tem um assento para cada câmpus... Já o Conselho Superior, de caráter deliberativo, de suma importância para as decisões que norteiam as ações institucionais, possui problemas na constituição da representatividade por não manter uma cadeira para cada segmento de cada câmpus...”

Entrevistado nº 4 – “O CEPE é o único conselho com representatividade de todos os câmpus e, portanto, o mais adequado e condizente com a realidade dos câmpus. Em contrapartida, o Conselho Superior é um fórum de deliberação do Instituto, com participação mínima dos segmentos, em desacordo com o preceito de participação igualitária de todos os câmpus... A

⁸ § 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

atual gestão propõe a criação de Colegiado de Câmpus onde estarão sendo discutidas as ações do câmpus, pela comunidade escolar e externa.”

Entrevistado nº 6 – “... são fundamentais para o funcionamento do Instituto, tanto os de instâncias consultivas e técnicas, porque permitem a participação da comunidade através de seus representantes, quanto o deliberativo. Creio que a paridade deve ser sempre utilizada na sua composição, garantindo imparcialidade, representatividade e participação.”

Entrevistado nº 7 – “O que percebo é que as decisões quase todas são tomadas com um nível insipiente de dados confiáveis. Tanto os novos cursos que são criados, quanto as expansões em níveis de campus. Vejo que alternativa de criação de um conselho estratégico de informação, com pessoal técnico que auxiliará e deverá conduzir e orientar o crescimento e o desenvolvimento institucional. As decisões precisam deixar o campo político e serem pensadas no todo, como a cabeça e pensamento em rede, essa é a principal dificuldade hoje, não existe esse entendimento.”

Este ponto complementa o imediatamente anterior, visto a vinculação dos temas. Das passagens das entrevistas, identifica-se que o CEPE seria o único conselho com formação paritária, que haveria um distanciamento entre os conselhos, que os conselheiros careceriam de conhecimento da realidade regional e dos câmpus e que seria positiva a criação de ambientes de apoio técnico aos conselhos. A questão de conhecimento pelos conselheiros poderia ser suprimida com reuniões preparatórias e de nivelamento sobre o instituto e seus câmpus. Quanto à criação de câmaras técnicas de apoio, poderiam ser mecanismos que auxiliariam a gestão com análises e debates das demandas surgidas, de acordo com a sua especialidade: ensino, pesquisa, extensão e administração. Seriam constituídas paritariamente entre os câmpus.

No que diz respeito à interação/comunicação institucional, como era no CEFET de São Vicente Sul e como é a nível de Câmpus/IF Farroupilha?

Entrevistado nº 2 – “Acredito que os instrumentos relativos ao acesso a informações, decisões e participações vêm sendo aprimorados. Foram centralizadas e hoje, por força da opinião dos servidores, se faz necessário que seja mais democrática e acessível a todos. Porém, ainda se observa que circula o que interessa a quem detém o poder institucional.”

Entrevistado nº 4 – “A participação interna no câmpus nos processos de construção de regulamentos e outros é contributiva, participativa e qualificada em todos os segmentos. Entretanto, a perda de autonomia e a insegurança de alguns gestores da administração central e de outros câmpus, deixam a percepção que todas as ações dos câmpus devem seguir um regulamento único, concentrador, não permitindo o diferente ou o mais adequado em função da realidade vivenciada a nível de câmpus e comunidade regional.”

Entrevistado nº 5 – “Mais uma vez surge a questão da centralização como ponto negativo na gestão educacional da instituição, a partir da criação dos IF. Por mais que se promovam discussões, interações e traçado de ideias na construção dos documentos institucionais, o que se percebe é a prevalência da equipe gestora da entidade maior. Em minha opinião, se resume a uma falsa democracia, teoricamente instituída e efetivamente negada.”

Entrevistado nº 7 – “Creio que ainda está longe de ser ideal. Por exemplo, a legislação aponta a obrigatoriedade de discussão de novos câmpus e cursos com a comunidade. Isso não é prática constante, é parcial, a comunidade é ouvida, mas não decide. O exemplo mais recente disso foi o trabalho do Câmpus Jaguari, que gerou um relatório consistente para qualquer gestor que assumisse o trabalho, pudesse ter base para decisão, o trabalho foi realizado e desenvolvido em audiências públicas. Mas isso não se confirmou, vários cursos e direcionamentos dos cursos foram contrários aos apontamentos e discussões realizadas com a comunidade.”

Os entrevistados trazem a informação de que existe a participação interna na construção de regulamentos, porém, pela perda de autonomia e insegurança de alguns gestores em instâncias externas ao câmpus, trazem a percepção de seguimento de um único regulamento não se admitindo a diferença e, de que em alguns momentos em que a comunidade é ouvida, não é aceito o seu posicionamento.

A interação institucional aparenta ser frágil e em processo de construção. A interação institucional, considerando a responsabilidade social do Câmpus, se fortalece quando viabilizada a intervenção nos processos administrativos e didáticos, mediante a participação ativa da comunidade interna e da externa, via organizações civis, sindicais e estudantis. Além disso, também poderá interagir tanto pelos regulamentos e normas, com a participação da coletividade, quanto pelo estabelecimento de identidade visual padronizada de sua marca, sendo essa aplicada em diferentes veiculações – impressos, mídia eletrônica, redes sociais. Ressalte-se que na marca existem duas cores: o vermelho, que representa o pensamento expresso, forte e com energia; e o verde, que expressa a harmonia e a integração na rede.

Quadro 4. Destaques relevantes das informações em função das categorias

CATEGORIA	DESTAQUE	
	FAVORÁVEIS	DESAVORÁVEIS
I Da Constituição do IF Farroupilha	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integração da Rede EPT com mais força e poder de negociação; ✓ Ampliação de cursos e aumento da EPT; ✓ Verticalização da EPT: dos cursos técnicos à pós-graduação; ✓ Inclusão social e democratização do acesso à educação; ✓ Investimento e incentivo à pesquisa e à extensão. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apesar das audiências públicas realizadas, fusão sem sólido debate com as comunidades; ✓ Perda de autonomia, de identidade e de estrutura administrativa, com a perda de funções (05 CDs e 16 FGs); ✓ O novo modelo não criou um mecanismo de implantação integral das novas unidades, preservando as já existentes; ✓ O processo de verticalização parece, também, trazer dificuldades de atuação docente.
II Da Oferta de Cursos e dos Arranjos Produtivos Locais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Interação com os arranjos produtivos, embora haja certo distanciamento da Reitoria. Faltam objetivos/normas claras; ✓ Os arranjos produtivos podem e devem evoluir muito, por ambientes de intermediação envolvendo nossos alunos; ✓ Oferta de diversas modalidades de cursos, atendendo diversos interesses públicos, proporcionando obtenção da cidadania/autoestima/inclusão. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diminuição do potencial de alunos: concorrência, baixa densidade populacional na área de abrangência, decréscimo da área rural, baixo interesse dos alunos por determinadas habilitações; ✓ Concorrência acirrada entre os câmpus, universidades públicas e privadas, institutos federais; ✓ Falta a construção de uma referência de atuação.
III Da Gestão e das Instâncias Consultivas e Deliberativas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento quadro funcional, embora exista a possibilidade de aumentar conflitos; ✓ Conselhos de Alunos e de Docentes do Câmpus atuam de maneira participativa e contributiva à gestão; ✓ Percepção da necessidade de câmaras técnicas de apoio à gestão/conselhos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os conselhos, no então CEFET, produziam respostas mais ágeis e seus conselheiros conheciam bem a realidade local e regional; ✓ A interação institucional apresenta fragilidades; ✓ A composição do Conselho Superior não é adequada, pois não representa a totalidade dos segmentos por câmpus.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrou-se, no campo introdutório do presente trabalho, que, na linha do tempo, a trajetória histórica da educação brasileira remonta da instrução de caráter privado religioso jesuítico, cujo modelo prosperou de 1549 a 1759. Naqueles tempos, começou a ser construída a formação do trabalhador, sendo os primeiros aprendizes a camada inferior da escala social.

Na região de abrangência do município de São Vicente do Sul surgiu a Escola de Iniciação Agrícola General Vargas, transformada em Colégio Agrícola de São Vicente do Sul, transformada em Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul, transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e, por fim, no Câmpus São Vicente do Sul, integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - RS.

Nesse contexto, considerando a existência do Câmpus São Vicente do Sul frente ao que dispõe a lei de criação dos Institutos Federais, destaca-se a sua atuação no desenvolvimento socioeconômico, cultural, local e regional. Para tanto, é imprescindível uma gestão democrática, interativa com as comunidades interna e externa, com os debates necessários para a construção de um caminho institucional sólido e que possa fazer frente às demandas.

Conhecer o contexto do Câmpus objeto de estudo, após o processo de criação dos institutos federais, foi necessário no sentido de analisar possíveis influências sofridas, considerando a mudança institucional. No processo de interação com os gestores, foi notada que a mudança institucional ocorrida provocou alteração na autonomia administrativa e na identidade do Câmpus, que antes era uma autarquia e possuía uma identidade já consolidada.

Consideradas e abordadas as questões da pesquisa, cabe, em sequência, repercutir a proposta do trabalho a partir dos objetivos elencados.

Do objetivo geral:

“Conhecer a gestão do Câmpus São Vicente do Sul, no sentido de verificar suas condições efetivas no atendimento às peculiaridades locais em função das demandas.”

As informações coletadas através das entrevistas e dos documentos demonstraram que o Câmpus tem condições de atendimento aos arranjos produtivos locais, colaborando com desenvolvimento. Contudo, existe um quadro exposto de insatisfação, uma vez que não se dispõe de regramento e objetivos claros quanto às ações de extensão e interação com as comunidades de inserção. Não bastasse isso, a unidade está sendo prejudicada ao passo que perde vinte e uma (21) funções administrativas, entre Cargos de Direção e Funções Gratificadas, aumentando o cenário de dificuldades.

A gestão do Câmpus, apesar do distanciamento da administração central, de acordo com as informações coletadas, está desempenhando suas atividades de maneira participativa, buscando a interação com as comunidades. Nesse sentido, pode o estímulo à implantação de ambientes de representação estudantil – grêmios e diretórios acadêmicos - proporcionarem instâncias de debate e fornecimento de subsídios para a tomada de decisão. A participação dos alunos através de suas lideranças ou de seus organismos representativos é de fundamental importância, pois são atores importantes na construção dos rumos da organização, considerando que são conhecedores diretos do ambiente. No mesmo sentido, a abertura de um canal de diálogo com a representação organizada dos servidores, pode, também, trazer os mesmos benefícios.

Os gestores parecem ter clareza de que, num espaço democrático, os debates podem ser árduos, mas que, no entanto, parecem ser o caminho natural para a construção coletiva de

pontos em comum. Demonstraram que não se pode conviver com um modelo administrativo vertical, quando somente um gestor tem o peso das decisões. Ao contrário, entendem que a gestão participativa é o caminho mais adequado, sendo uma verdadeira exigência da sociedade. Não pode existir um viés autocrático nas tomadas de decisão. As decisões não podem ficar centralizadas nas mãos de um gestor, mas sim de uma coletividade de gestores capacitados e que entendem as finalidades e objetivos da existência da instituição, com os devidos cuidados na condução dos processos decisórios.

Nesse contexto, os entrevistados espelharam a necessidade de cuidado na oferta de novos cursos, cuja vida útil não seja apropriada para os investimentos necessários à sua efetiva implantação.

A gestão é consciente da alta concorrência a que o Câmpus está submetido, considerando tanto a expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, como pela existência de outras instituições, públicas e privadas, que também ofertam o ensino profissional.

Na interação com os gestores, que se mostraram comprometidos e cientes do momento que o Câmpus vive, observa-se que os mesmos reconhecem que a transformação da rede de educação profissional trouxe avanços para a sociedade, à medida que proporcionou uma maior oferta de cursos e, em consequência, de vagas. Outro aspecto abordado, embora conflitante, foi a verticalização, que, de um lado permite a sistematização do ensino, por outro pode trazer uma dificuldade de identificação do viés de atuação dos docentes em função da gama de alunos, com diferentes características, interesses e necessidades, que, contudo, gera a inclusão dos mesmos no processo de educação e cidadania.

Dos objetivos específicos:

“Proceder a estudos bibliográficos históricos relativos à educação profissional e tecnológica no país”

Na particularidade dos objetivos específicos, foi realizada a abordagem da literatura para o desenvolvimento do trabalho. O acesso a referenciais de autores ocorreu via livros, artigos na internet, trabalhos acadêmicos, relatórios e documentos oficiais existentes no Câmpus e que contêm informações correlatas ao presente propósito. Foi possível o registro de aspectos fundamentais da trajetória da educação profissional no Brasil, com vistas a identificar outras informações relevantes para a realização do estudo.

“Identificar as possíveis alterações na gestão da unidade, ocorridas em função da constituição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha”

Do estudo efetivado, fica o entendimento de que a gestão sofreu mudanças, pois, segundo a pesquisa, a perda de autonomia e de identidade antes, no então Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, tida de maneira forte e consolidada, no presente momento aparece, de acordo com os informantes, como um dos aspectos negativos.

No que diz respeito ao processo de autonomia do Câmpus, ocorreu alteração, considerando que não mais existe a condição de tomada de decisões somente por vontade e deliberações internas da comunidade, mas passaram a ser estritamente vinculadas às orientações e diretrizes da instância superior - quando estas existem - e são claras.

Especificamente no que tange à identidade da instituição, os entrevistados geraram o entendimento de que precisam fortalecer a sua atuação em alguma área específica, embora hoje existam vários eixos e cursos ofertados. No entanto, acredita-se que somente com o tempo uma nova identidade poderá ser consolidada ou fortalecida, em nível de Câmpus.

“Identificar possíveis ações que possam contribuir para o atendimento das peculiaridades locais em função das suas demandas.”

No sentido de contribuição para a interação com os arranjos produtivos, foi considerada válida a proposição de criação de ambientes que permitam aos alunos instigarem o conhecimento adquirido, o empreendedorismo e a integração com as forças produtivas da região. Para isso, contribui o resgate do modelo da cooperativa-escola, bem como a implementação de empresa(s) júnior ou incubadora(s). A decisão, no entanto, caberia à comunidade escolar e seu entorno (através dos fóruns representativos).

O estudo também apontou que, no sentido de criar espaços democráticos e legítimos, poderia ser constituída uma câmara técnica para cada área formadora do órgão: ensino, pesquisa, extensão, administração e atendimento ao aluno. A câmara técnica, constituída de maneira paritária entre os câmpus, após o devido debate para a conscientização da coletividade da sua importância e oportunidade, poderia atuar como apoio direto aos colegiados. Os estudos e deliberações resultantes dos trabalhos da câmara técnica serviriam como referenciais para as instâncias superiores.

Quanto ao processo institucional de comunicação a nível de câmpus e ao ambiente democrático de construção coletiva de soluções, os segmentos de representação estudantil e de representação organizada dos servidores parecem poder contribuir neste processo.

No que diz respeito ao fórum colegiado, a pesquisa apontou a necessidade de envidar esforços para a instalação do Colegiado de Câmpus, conforme já está proposto pela administração central, porém sem o efetivo funcionamento.

Relativo ao Instituto Federal Farroupilha, no sentido de corrigir a distorção na composição do Conselho Superior, o ideal seria promover a estruturação do mesmo de maneira paritária dos segmentos por câmpus. Tal situação pode trazer a equidade das forças que constituem e fazem o órgão. No mundo atual, no qual se pregam ações democráticas, participativas e transparentes, não se concebe espaços de deliberações que não sejam constituídos e representados por todas as partes que compõem a organização. Ou seja, para o caso do Instituto Federal Farroupilha, a composição do seu Conselho Superior deveria manter a participação representativa de todos os segmentos, por cada um de seus câmpus, o que viria a garantir a isonomia, o equilíbrio e a pluralidade de opiniões e ideias no sentido de construir ações para a educação profissional e tecnológica e contribuir para o desenvolvimento de soluções que atendam às demandas e peculiaridades do ambiente de inserção.

Por outro lado, além da composição democrática e isonômica da instância superior consultiva e deliberativa do órgão, o seu funcionamento deve primar pela ampla e irrestrita discussão dos temas pautados, não sendo adequado que as decisões sejam tomadas com poucas horas de reunião ou condicionadas por quem, eventualmente, conduza o processo. O que deve ocorrer é que se oportunize aos conselheiros o conhecimento pleno dos temas, num tempo razoável, lançando-se, se necessário, a participação de pessoal técnico para assessoramento, devidamente constituídas as câmaras técnicas.

Ao finalizar o presente trabalho, destaca-se a importância da gestão participativa nas comunidades, pois isso permite a construção das relações entre as partes, que são, em última instância, compostas por pessoas com o direito de participar de forma autônoma e livre.

O processo participativo permite o planejamento, o debate, o conflito de ideias e a consecução dos objetivos traçados, permitindo um ambiente propício para o atendimento das demandas oriundas da sociedade. Por outro lado, a investigação do que foi proposto não se esgota no presente trabalho, ao contrário, pode estimular novos questionamentos no sentido de manter perene o processo democrático na educação e atendimento dos arranjos produtivos locais.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. e BRITTO, J. **Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais.** RedeSist, 2002.

AZEVEDO, J. M. L. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** Jornal do Professor, Home Page da TVE, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2005.

BARROS, A. J. P., LEHFELD, N. A. S.. **Fundamentos de metodologia.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1986.

BRASIL. **Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906** – Dispõe sobre a criação de escolas profissionais no Rio de Janeiro.

BRASIL. **Constituição (1937) dos Estados Unidos do Brasil,** Rio de Janeiro 1937.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937** – Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

BRASIL. **Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942** – Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967** – Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971** - Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978** - Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição (1988) da República Federativa do Brasil,** Brasília/DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994** - Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997** – Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004** - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005** – Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 10 de maio de 2006** – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006** – Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.097, de 24 de abril de 2007** – Acresce dispositivos aos Decreto nºs 3.038, de 27 de abril de 1999, e 4.175, de 27 de março de 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008** – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.513, de 26 de outubro de 2011** – Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011** – Institui a Rede e-Tec Brasil.

BNDES, **Revista**. Rio de Janeiro, V. 11, N. 22, p. 151-179, Dez. 2004.

CHIAVENATTO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

CHIAVENATTO, Idalberto. **Administração – Teoria, Processo e Prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CUNHA, L.A.C.R. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília,DF: Flacso, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo. Ed. Cortez, 2002.

GADOTTI, M. Pedagogias participativas e qualidade social da educação. In: BRASIL. Ministério da Educação. Seminário Internacional: **Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas** – caderno de textos. Brasília/D.F, 2006.

GUIRARDO, M. Instituição e relação afetivas: o vínculo e o abandono. São Paulo, Summus, 1986, apud SILVA, J. M. **A autonomia da Escola Pública**. 3ª Ed. – Campinas/SP. ed. Papyrus, 1996.

LIMA FILHO, apud PAIVA, Liz Denize Carvalho. **A perspectiva da Autoavaliação Institucional e seus Desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro**. 2012. 152 f (Dissertação). Mestrado em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2012.

LÜCK, Heloísa. **Ação Integrada, Administração, Supervisão e Orientação Educacional**, 7ª ed., Petrópolis: Vozes, 1988.

LÜCK, Heloísa. **Enfoque** – qual é a questão? Em aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev/jun.2000.

LÜCK, Heloísa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. V.2 – Petrópolis/RS – Vozes. 2006. Série Cadernos de Gestão.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEC. **Educação Profissional antes da criação da Rede Federal** – Disponível em http://www.oei.es/pdf2/historico_educacao_profissional.pdf, Acesso em 27/02/2011.

MELLO, Maria S. N. Competências e habilidades requeridas para o exercício de função gerencial em instituições federais de ensino. **Cadernos temáticos**, Rio Grande do Norte, nº 12, p.53-59, dez. 2006. Disponível em <http://www.redenet.edu.br/publicacoes/arquivos/20070912_102630_GES-12-DEZ-2006-12.pdf> Acesso em 23/03/2012.

MINGHELLI, Marcelo. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: desafios**. Disponível em <http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em 08/03/2013.

MOTTA, Fernando C. Prestes e VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia. **Teoria Geral da Administração**. 3ª ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MONT´ALVÃO, C. R. F. **Trabalho e educação no curso técnico em agropecuária do CEFET – Januária/MG: rompendo modelos de ensino**. 2008, 72 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós Graduação de Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MORAES, M. B. S, ALMEIDA, N. S. M e SILVA, O. A. **Gestão Escolar Democrática**. Faculdade Eça de Queiroz. Jandira. São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, prática**. 23ª ed. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Manoel Mendes de. **Instituições Federais de Educação Profissional no Brasil: Gestão e Autonomia Administrativa**. 2008.76f. (Dissertação). Mestrado em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2008.

OTRANTO, Celia Regina. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs**. RETTA (PPGEA/UFRRJ). Ano 1, nº 1, jan-jun, 2010.

OTRANTO, Celia Regina. **A política de educação profissional do governo Lula.** Texto apresentado na 34ª. Reunião Anual da ANPED, Natal, RN, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/osinstfedera.pdf>. Acesso em 20/02/2013.

PAIVA, Liz Denize Carvalho. **A perspectiva da Autoavaliação Institucional e seus Desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.** 2012. 152 f (Dissertação). Mestrado em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2012.

PERLIN, Renan Covalski. **O Papel do Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha na Programação do Desenvolvimento das Agroindústrias do Município de Jaguari - RS.** 62 f (Dissertação). Mestrado em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Manual de Metodologia Científica.** 3ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

REDESIST. **Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.** Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/redesis4>. Acesso em 12/09/2012.

ROLIM, L. A. **Administração Indireta, as concessionárias e permissionárias em juízo.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004.

SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante. **Gestão escolar participativa e clima organizacional.** Disponível em <http://www.anuarioppg.uneb.br/arquivos/ed1/4.pdf>. Acesso em 03/03/2011.

SILVA, G. P. e VENDRUSCULO, R. **Experiências Inovadoras em Extensão Rural Na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul.** São Vicente do Sul/RS: Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, 2012.

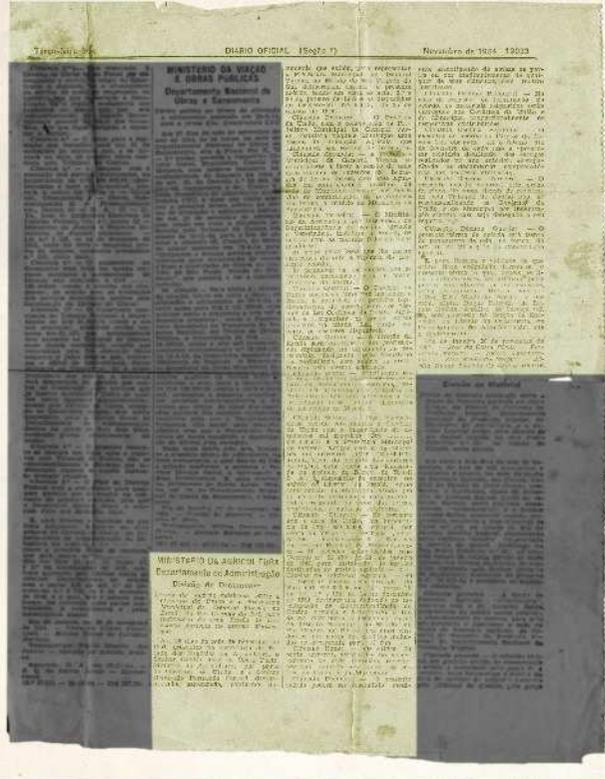
VEIGA, I. P. A. **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico.** Campinas: Ed. Papirus, 2003.

VERGARA, Sylvia, Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ANEXOS

ANEXO A

Publicação do Acordo de Criação Diário Oficial da União



Forças políticas locais que motivaram a criação da Instituição no Município - 1954



"Nenhum de nós chegou onde está exclusivamente através do impulso de nossos próprios pés. Chegamos aqui porque alguém se inclinou e nos alavancou."
Thurgood Marshall

Homenagem do CEFET de São Vicente do Sul aos que iniciaram esta história de sucesso:

Olívio Weber, João Tito Carvalho, Francisco Emilio Gabriel, Laureano Garcia Gonzales, Hugo Mesquita da Costa, Alberto Nunes da Rosa, Victor Hugo Soares Leal, Emilio Brüning, José Loy de Menezes, Ceciliano Cáceres e Atalício Flores da Silva

O CEFET de São Vicente do Sul originou-se do acordo celebrado entre o Governo da União e a Prefeitura Municipal de General Vargas no Estado do Rio Grande do Sul, que visava a instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola no município, observados os artigos 2º e 4º do Decreto Federal Nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947, o qual criou o Ensino Agrícola no Brasil, e os dispositivos do Decreto Lei 9.613 de 20 de agosto de 1946.

O Termo de Acordo respectivo foi publicado no Diário Oficial de 30/11/1945. Em 25 de janeiro de 1968, pelo Decreto Nº 62.178, a instituição foi transferida para a Universidade Federal de Santa Maria, sob denominação de Colégio Agrícola. Em 28 de fevereiro de 1985, através do Decreto Nº 91.005, passou a pertencer a COAGRI - Coordenação de Ensino Agrícola, com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul.

Através do Decreto no 93.313, de 21 de novembro de 1986, foi extinta a COAGRI, sendo criada, em substituição, a Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG, órgão diretamente ligado ao Ministério da Educação, à qual a instituição ficou vinculada.

Em 1990, houve nova reorganização no funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. O Decreto no 99.180 criou a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, ficando, então, todas as Escolas Agrotécnicas Federais a ela subordinadas. A Lei 8.731, de 16 de novembro de 1993, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em Autarquias Federais, dando-lhes autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar.

Em 13 de dezembro de 2002, através de Decreto Presidencial de 13 de dezembro, publicado no Diário Oficial - Nº 221 - Seção 1, quinta-feira, 14 de novembro de 2002, a então Escola Agrotécnica foi credenciada como Centro Federal de Educação Tecnológica, passando à atual denominação de CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO VICENTE DO SUL - CEFET-SVS.

Em 2006, o Decreto Nº 5.773, de 09/05/2006, revogou o Decreto Nº 3.860 de 9 de julho de 2001 e o Decreto Nº 5.225, de 1º/10/2004 e elevou, definitivamente, os CEFETs à condição de Instituição de Ensino Superior, atuante nos três níveis de ensino: básico, técnico e tecnológico.



ANEXO B



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Caro Diretor,

Estamos trabalhando num projeto de pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo que apresentamos questionamentos em relação ao Câmpus São Vicente do Sul do IF Farroupilha/RS (outrora CEFET de São Vicente do Sul/RS).

A proposta é diagnosticar, a partir da visão dos dirigentes chaves, os reflexos no Câmpus com a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS.

Desta forma, contando com a costumeira atenção e colaboração, comprometo-me a manter em sigilo as informações prestadas, bem como os seus dados pessoais.

Julio César Peres Simi
Mestrando

Orientadora: Nádía Maria Pereira de Souza - PPGEA/UFRRJ

Título do Trabalho:

**A GESTÃO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CÂMPUS
SÃO VICENTE DO SUL, RS, FRENTE ÀS DEMANDAS E ÀS
PECULIARIDADES LOCAIS**

Questionário

1) Qual seu cargo/função na Instituição?
R
2) No tocante à fusão do então CEFET-SVS ao IF Farroupilha, existem/existiram aspectos favoráveis/desfavoráveis? Quais?
R
3) Em função da constituição do novo ente e da extinção jurídica do CEFET de São Vicente do Sul, ocorreu perda de autonomia/identidade? Quais os impactos?
R
4) O novo modelo Institucional preconiza a autogestão, a gestão interdependente entre as diversas unidades, embora sempre vinculadas a uma diretriz central. Igualmente, preconiza a autonomia, que deverá ser consolidada a partir de mudanças nas interações entre os diversos agentes vinculados/relacionados ao Câmpus/Instituto – servidores, alunos e a comunidade em geral. Nesse contexto, quais foram os impactos no Câmpus, nos diversos segmentos/áreas?
R
5) Considerando que o estabelecimento de ensino faz parte da comunidade e deve sempre interagir com a mesma, em relação aos APLs, quais foram/são as implicações para a atuação do Câmpus São Vicente do Sul? Existiram/existem ambientes mediadores entre o processo educacional e a comunidade (Cooperativa, Empresa Júnior, Incubadoras...)
R
6) O novo modelo institucional proporciona o aumento na oferta de cursos nos diversos níveis de ensino. Quais os aspectos favoráveis ou desfavoráveis?
R
7) Quanto ao aumento do quadro funcional, existem aspectos positivos ou negativos?
R
8) Exponha sua opinião quanto ao atendimento de alunos/cursos/demanda? Qual a tendência do ambiente de inserção?
R
9) Os investimentos gerados pela reestruturação do Câmpus em função da Ifetização foram suficientes?

R
10) Quanto às instâncias deliberativas, como eram no ente extinto e como estão, atualmente, a nível de Câmpus? Conselho Diretor, Conselho de Professores e Conselho de Alunos, por exemplo.
R
11) Atualmente, no IF Farroupilha, existem instâncias superiores como o Conselho Diretor, o Conselho Superior, CEPE. Exponha sua opinião quanto à atuação dos mesmos, se a composição é paritária/equitativa entre os campus, bem como outros aspectos que julgar conveniente, como por exemplo criação de conselhos nos campus e criação de câmaras de apoio técnico.
R
12) No que diz respeito à interação/comunicação institucional, como era no CEFET-SVS e como é a nível de Câmpus/IFFarroupilha? (construção de regulamentos, regimento, discussões/participações democráticas/amplamente discutidas e conhecidas por toda a comunidade)
R

Assinatura